

UMA PRODUÇÃO ORIGINAL BRASIL PARALELO



BRASIL
PARALELO

TEXTO

JUAN MONTAÑO

DIAGRAMAÇÃO

MICHELE MEDEIROS

ARTE

VITOR CASQUÍN



BRASIL
PARALELO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	07
------------	----

PARTE I: O FASCISMO ITALIANO

CAPÍTULO 1: AS RAÍZES DE UM REGIME	09
---	----

1.1 Origens humildes e formação familiar	10
1.2 A trajetória como socialista e jornalista talentoso	11
1.3 A influência de Georges Sorel e a validação da violência	12

CAPÍTULO 2: A GUERRA PARA ACABAR COM TODAS AS GUERRAS	13
--	----

2.1 O impacto da Primeira Guerra Mundial na transformação de Mussolini e na radicalização da sociedade	14
2.2 A formação dos Squadristi e o ressentimento contra o socialismo	15
2.3 A fundação do I Fasci di Combattimento e a origem do termo "fascismo"	16

CAPÍTULO 3: A CAMINHO DO PODER ABSOLUTO	17
--	----

3.1 Marginalidade inicial e ascensão pela violência	18
3.2 O medo da revolução e a imagem de "partido da ordem"	18
3.3 A Marcha sobre Roma	19
3.4 O papel das elites italianas	20
3.5 O assassinato de Giacomo Matteotti e a consolidação da ditadura	20

CAPÍTULO 4: O ECO DOS APLAUSOS	22
4.1 A criação do Estado totalitário	23
4.2 A máquina de propaganda	24
4.3 O líder como figura quase sagrada	24
4.4 Popularidade e apoio interno	25
4.5 A “trincheirocracia” e o novo homem fascista	25

CAPÍTULO 5: A AMBIÇÃO IMPERIAL E O DECLÍNIO	26
5.1 A política expansionista e a “glória colonial”	27
5.2 O afastamento das democracias e a aproximação com Hitler	27
5.3 O desgaste na Segunda Guerra Mundial	28
5.4 A queda e a República de Salò	28
5.5 O fim de Mussolini	29

PARTE II: O NAZISMO ALEMÃO

CAPÍTULO 6: O ECO DA DERROTA	32
6.1 O impacto devastador da Primeira Guerra Mundial e do Tratado de Versalhes	33
6.2 A fragilidade da República de Weimar e a associação da democracia à derrota	33
6.3 A ameaça do comunismo e o “judaico-bolchevismo”	34
6.4 O surgimento dos Freikorps	35

CAPÍTULO 7: ASCENSÃO DE ADOLF HITLER	37
7.1 Juventude e experiência na Primeira Guerra Mundial	38
7.2 Ingresso no Partido dos Trabalhadores Alemães	39

7.3	Transformação em Partido Nazista e ascensão política	39
7.4	O Putsch da Cervejaria e as lições do fracasso	40
7.5	Reconstrução e caminho para o poder	41
CAPÍTULO 8: O ÚLTIMO ATO DA REPÚBLICA — DE CHANCELER A FÜHRER		42
8.1	A Grande Depressão como fator crucial para o crescimento do Partido Nazista	43
8.2	O ambiente de “guerra civil” nas ruas e a busca por um novo Führer	45
8.3	A nomeação de Hitler como Chanceler em 1933	45
CAPÍTULO 9: O ESTADO TOTALITÁRIO E A MÁQUINA DE PROPAGANDA		46
9.1	A organização total da sociedade sob o regime nazista	47
9.2	Quando a Câmera se Tornou Arma	48
9.3	A Chama que Iluminou a Ditadura	49
9.4	Quando o Inimigo Veste Uniforme	51
CAPÍTULO 10: A GUERRA E A DERROTA FINAL		52
10.1	A política externa agressiva de Hitler	53
10.2	Quando os Inimigos Apertam as Mãos	54
10.3	A Blitzkrieg	55
10.4	A supremacia continental	56
10.5	O Pacto Tripartite: a consolidação do Eixo	56
10.6	Operação Barbarossa: o rompimento com a União Soviética	57
10.7	Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos	58
10.8	O colapso do Terceiro Reich	59
10.9	O suicídio de Hitler e a onda de suicídios nazistas	60

CAPÍTULO II: O ÓDIO RACIAL E O HOLOCAUSTO	62
11.1 O antissemitismo como política oficial e central do nazismo	63
11.2 Arquitetos da Morte	64
11.3 O Holocausto como objetivo central de guerra	65
11.4 Conhecimento da população alemã e responsabilidade pelo genocídio	65

PARTE III: A DEFINIÇÃO DE FASCISMO

CAPÍTULO 12: DESVENDANDO O FASCISMO	68
12.1 Fascismo italiano e nazismo: pioneirismo e paralelos	69
12.2 O fascismo como resposta política e ideológica	70

CAPÍTULO 13: CONTRARREVOLUCIONÁRIO DE MANEIRA REVOLUCIONÁRIA	72
13.1 Oposição a dois inimigos principais	73
13.2 Uma “revolução de direita”	74
13.3 Unidade nacional acima da luta de classes	74
13.4 Síntese	74

CAPÍTULO 14: O FASCISMO HOJE: NEOFASCISMO, POPULISMO E O USO DO TERMO	75
14.1 Neofascismo e populismo de direita	76
14.2 O uso inflacionado do termo “fascista”	77
14.3 Permanência de ideias centrais	78

CONCLUSÃO	79
------------------	----

INTRODUÇÃO

Mais do que um capítulo sombrio do século XX, o fascismo foi uma resposta política e ideológica a um tempo de colapso. Surgiu das ruínas de guerras, da instabilidade econômica e do medo de revoluções — prometendo ordem, unidade e grandeza nacional.

Na Itália, apresentou-se como força regeneradora; na Alemanha, o nazismo transformou-se em um projeto totalitário de alcance global. Ambos exploraram o ressentimento, manipularam o nacionalismo e usaram a violência como instrumento político.

Este livro reconstrói a trajetória dessas ideologias — de sua ascensão à sua derrota — com base no conteúdo e nas entrevistas realizadas para o documentário História do Fascismo, que reuniu alguns dos mais renomados especialistas no tema:

David Roberts	Manfred Görtemaker
Dmitry Moiseev	Mark Gilbert
Donald Sassoon	Michele Sarfatti
Erik Kurlander	Paul Gottfried
Geoffrey Eley	Richard Bosworth
Goffredo Adinolfi	Richard Golsan
Heike Görtemaker	Richard J. Evans
John Foot	Stanley Payne
Kevin Passmore	

A partir da visão e da análise desses historiadores, este livro busca responder a uma pergunta central: o que é, afinal, o fascismo? E por que, mesmo após 1945, essas ideias continuam tão presentes no debate público?



PARTE I

O FASCISMO ITALIANO



CAPÍTULO I

AS RAÍZES DE UM REGIME

Para compreender a ascensão do fascismo na Itália, é essencial mergulhar nas raízes e na formação de seu fundador, Benito Mussolini. Sua trajetória antes da tomada do poder revela as influências e experiências que moldaram sua ideologia e sua habilidade política.

ORIGENS HUMILDES E FORMAÇÃO FAMILIAR

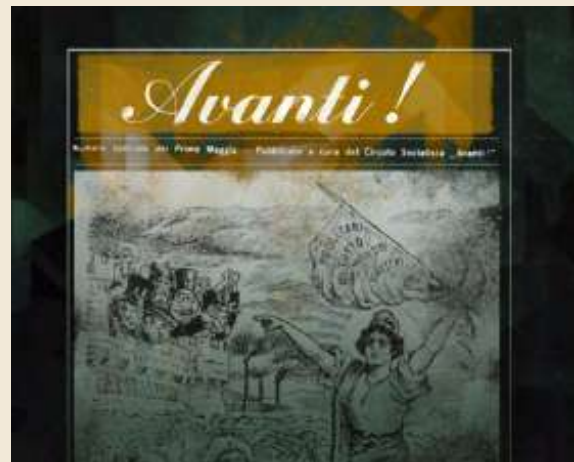
Benito Mussolini nasceu em Predappio, na província de Forlì, em uma família de origem humilde. Seu pai, ferreiro e socialista, exerceu grande influência em sua formação inicial. Foi dele que veio o nome Benito — uma homenagem a Benito Juárez, herói da Revolução de Ayutla em 1854. Um nome incomum na Itália e já indicativo de uma ligação com ideais revolucionários.

Sua mãe, professora e católica devota, direcionou o filho para uma escola religiosa. Segundo o historiador Donald Sassoon, durante a infância Mussolini foi expulso dessa escola após esfaquear um colega em uma briga, sendo então transferido para uma escola pública. Essa mistura de disciplina familiar, convívio religioso e temperamento explosivo deixaria marcas que o acompanhariam na vida adulta.



A TRAJETÓRIA COMO SOCIALISTA E JORNALISTA TALENTOSO

Na juventude, Mussolini seguiu os passos do pai e tornou-se um socialista ativo e influente. Viveu períodos de exílio na Suíça e no Trentino (então território austríaco), acumulando conflitos com a polícia. Ao retornar, assumiu a editoria do jornal *La Lotta di Classe* (“A Luta de Classes”) e, em 1912, ascendeu ao cargo de diretor do jornal nacional do Partido Socialista, o *Avanti!*



Apesar de críticas posteriores que o retratavam como ignorante, Mussolini era um jornalista talentoso, com sólido conhecimento político e ideológico. Lia com atenção pensadores contemporâneos e absorvia ideias que o aproximavam do socialismo revolucionário. Esse período foi essencial para que adquirisse a habilidade de usar a palavra escrita e falada como arma política — recurso que mais tarde se tornaria central no fascismo.

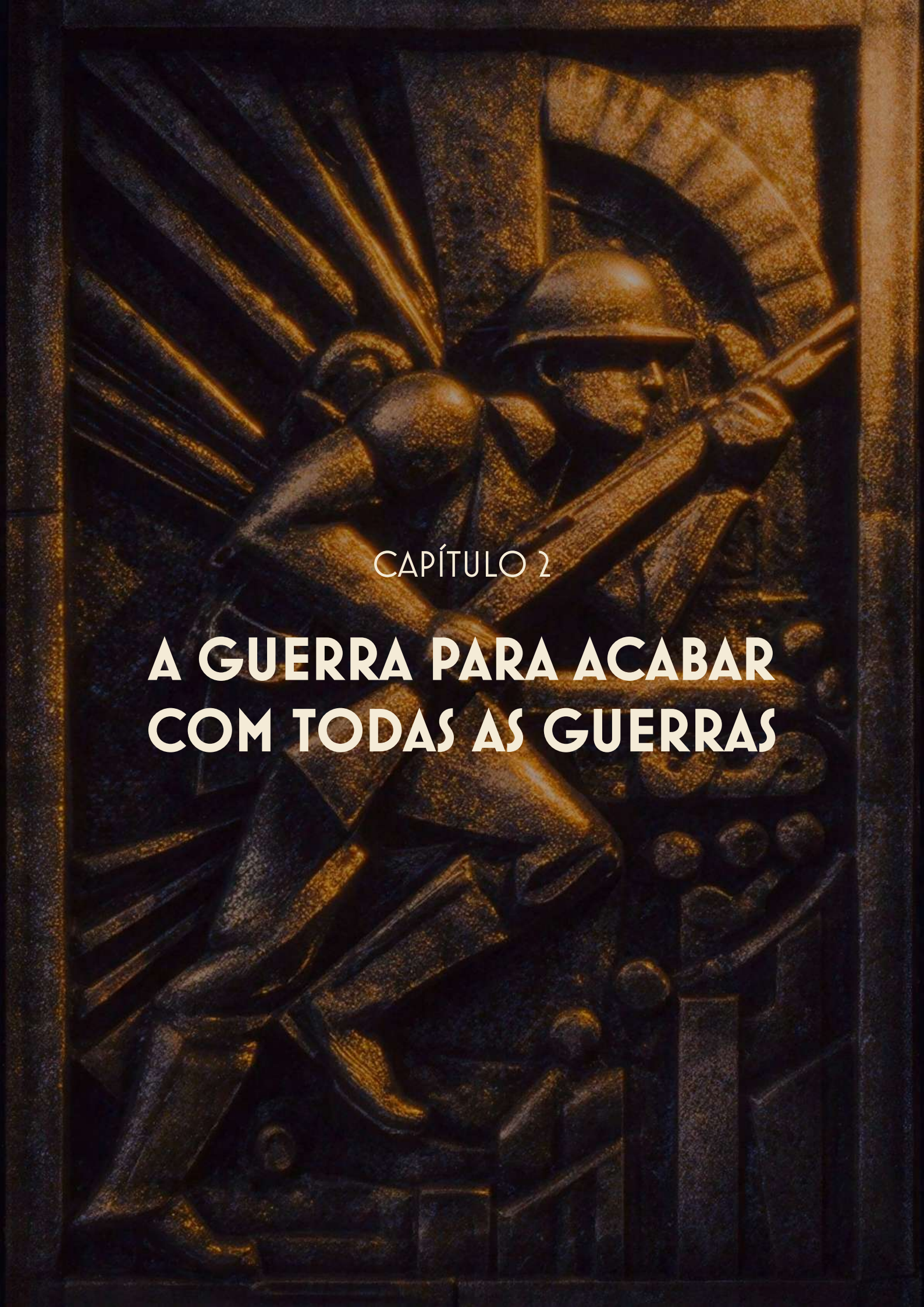
A INFLUÊNCIA DE GEORGES SOREL E A VALIDAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Entre os pensadores que marcaram Mussolini, Georges Sorel ocupou lugar de destaque. O filósofo político francês, que transitou entre a esquerda e a direita, defendia o conceito do “mito revolucionário”: a mobilização das massas para transformar e regenerar a sociedade. Sorel via nos sindicatos — e não nos partidos — o verdadeiro motor da mudança e considerava a violência não apenas justificável, mas necessária para a revolução.



Mussolini incorporou essa visão, adotando uma postura antipartidária e antipolítica. Passou a considerar os partidos tradicionais como decadentes, corruptos e contrários aos interesses da nação. Segundo o historiador Stanley Payne, seu radicalismo chegou a chamar a atenção de Lênin, que o via como um possível “bolchevique italiano”.

Porém, essa fase socialista e revolucionária era apenas o prólogo de uma transformação mais profunda. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, com sua violência sem precedentes e o impacto devastador sobre a sociedade italiana, colocaria Mussolini diante de uma escolha que mudaria não só sua trajetória, mas também o destino político da Itália. E é justamente no cenário de guerra e crise que começaria a nascer o futuro Duce.



CAPÍTULO 2

A GUERRA PARA ACABAR COM TODAS AS GUERRAS

A Primeira Guerra Mundial, com sua escala de destruição e o trauma imposto a milhões de combatentes, foi um catalisador para a radicalização política na Europa — e, em especial, na Itália. O conflito moldou a trajetória de Benito Mussolini e criou o terreno para o surgimento do fascismo.



O IMPACTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA TRANSFORMAÇÃO DE MUSSOLINI E NA RADICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

No início da guerra, Mussolini ainda integrava o Partido Socialista, mas, ao contrário da maioria de seus companheiros, defendia a entrada da Itália no conflito. Inicialmente, via a guerra como uma oportunidade para precipitar uma revolução; gradualmente, porém, passou a considerar a nação — e não a luta de classes — como a força central da história. Essa mudança de perspectiva aproximou-o de setores nacionalistas e antiliberais.

A guerra, com sua destruição sem precedentes, alterou profundamente a mentalidade europeia. A experiência nas trincheiras produziu uma geração de homens que perdera a paciência com as convenções da vida civil e aceitava a violência como meio legítimo para atingir objetivos políticos. Surgia assim a “trincheirocracia” — uma aristocracia das trincheiras formada por veteranos que se viam como elite destinada a liderar a nação.

Esse novo espírito, marcado pela exaltação da disciplina e da força, seria decisivo para a forma como o fascismo se apresentaria ao público: não como mais um partido, mas como um movimento que reivindicava para si a missão de restaurar a ordem e o orgulho nacionais.

A FORMAÇÃO DOS SQUADRISTI E O RESSENTIMENTO CONTRA O SOCIALISMO

No turbulento pós-guerra, grupos de veteranos começaram a se organizar em formações paramilitares. Conhecidos como Squadristi, eram compostos quase exclusivamente por ex-combatentes orgulhosos de sua participação no conflito e ressentidos com o desprezo socialista pelo esforço de guerra, bem como com a desvalorização da vitória italiana.

Entre 1919 e 1922, a Itália foi palco de frequentes confrontos de rua entre socialistas — divididos em moderados, ala central e comunistas — e fascistas. Segundo o historiador Richard Bosworth, estima-se que cerca de três mil pessoas tenham morrido nesses embates, sendo aproximadamente dois terços socialistas e um terço fascistas.

Ao mesmo tempo, greves gerais — como as de ferroviários e trabalhadores do transporte — paralisavam cidades inteiras. Segundo o historiador John Foot, saques se multiplicavam, como no episódio em que duzentas lojas foram invadidas em um único dia em Milão.

Foot relata que, no diário de sua avó, ela dizia ter muito medo dos “vermelhos”. “Quem vai nos proteger disso?”, escreveu. O Estado parecia inerte e incapaz de agir. Ainda segundo Foot, nesse cenário “muitos olhavam para os fascistas, para os *Squadristi*, e pensavam: ‘Ainda bem que eles estão agindo’”.

Mesmo sem aprovar totalmente a violência, parte da população sentia que “pelo menos alguém estava fazendo alguma coisa”, protegendo-a e pondo fim às greves.

A classe média, os proprietários rurais e os comerciantes também temiam que uma revolução comunista, nos moldes da Rússia, estivesse próxima. O Estado parecia incapaz de reagir, e muitos viam nos fascistas a única força disposta a agir.

Ainda segundo John Foot, Mussolini não participava diretamente da violência, atuando mais como organizador e estrategista político. O movimento, porém, era fragmentado, formado por grupos locais liderados por chefes regionais conhecidos como *Ras*. Mesmo assim, a ação dos *Squadristi* foi decisiva para transformar o fascismo de uma corrente marginal em um movimento com presença nacional.



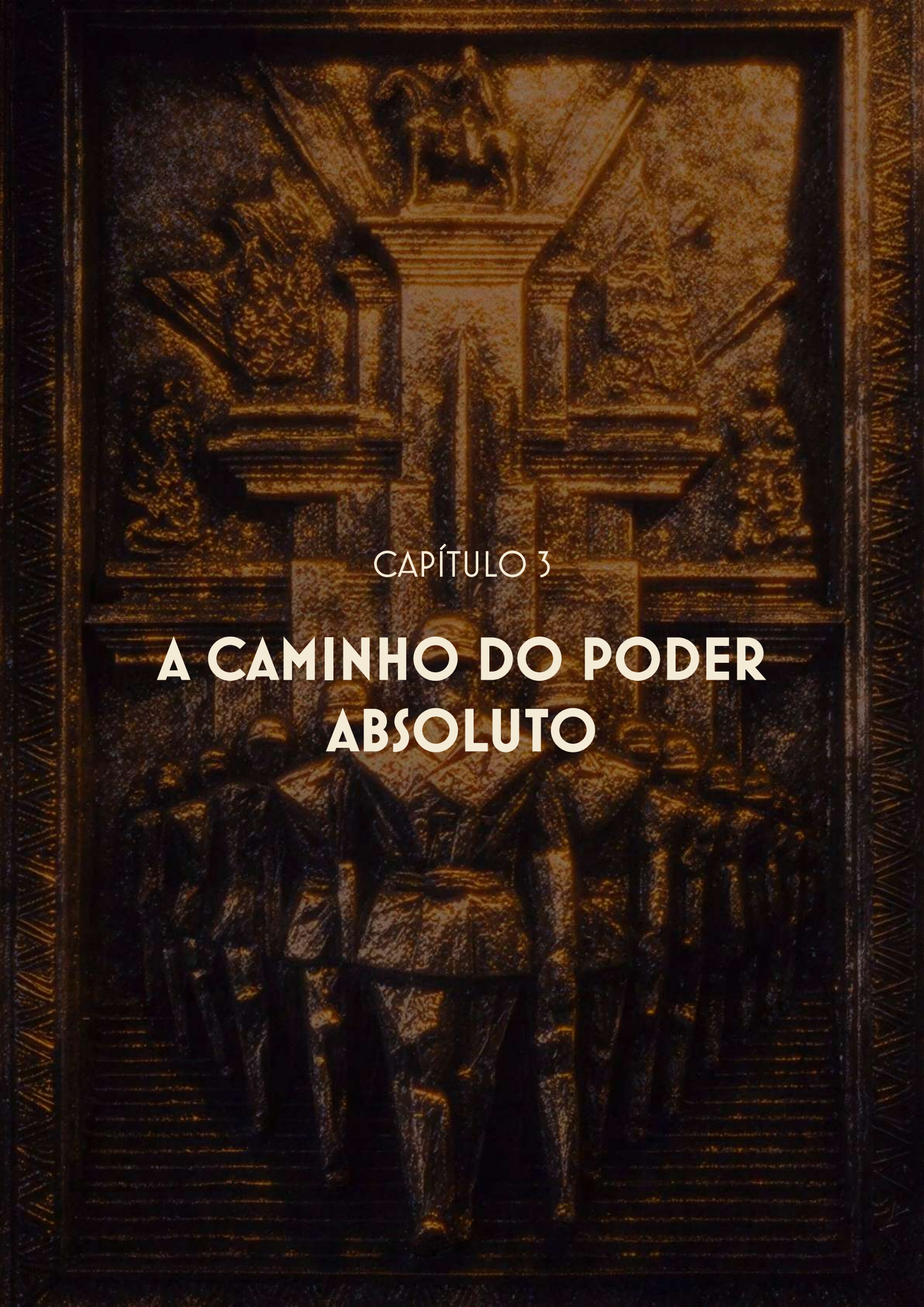
A FUNDAÇÃO DO I FASCI DI COMBATTIMENTO E A ORIGEM DO TERMO "FASCISMO"

Aproveitando a nova base de apoio conquistada, Mussolini fundou, em 1919, o *I Fasci di Combattimento*. O encontro inaugural ocorreu na Piazza Sansepulcro, em Milão, reunindo, segundo o historiador Donald Sassoon, entre cinquenta e cem pessoas. Esse evento, considerado a primeira reunião fascista da história, marcou também o surgimento do termo "fascismo".



Segundo John Foot, os primeiros membros seriam mais tarde celebrados como “os fascistas da primeira hora”, reivindicando prestígio político por terem estado no ponto de partida do movimento. Era o início de uma identidade própria, que unia símbolos, rituais e um discurso nacionalista combativo — elementos que, em poucos anos, se tornariam peças centrais da estratégia para conquistar o poder.

Mas a fundação do movimento era apenas o primeiro passo. A Itália, imersa em greves, crises e confrontos de rua, caminhava para um impasse político que abriria espaço para que Mussolini e seus seguidores testassem, em escala nacional, até onde poderiam levar sua ofensiva.



CAPÍTULO 3

A CAMINHO DO PODER ABSOLUTO

MARGINALIDADE INICIAL E ASCENSÃO PELA VIOLÊNCIA

Nos primeiros anos, o fascismo era um movimento marginal. Nas eleições de 1919, Benito Mussolini e seus aliados obtiveram pouquíssimos votos. Entre 1920 e 1921, contudo, a situação começou a mudar. A formação de Squadristi em diversas regiões — especialmente no norte e centro da Itália — deu ao movimento um instrumento poderoso: o uso sistemático e organizado da violência.

Esses grupos anulavam eleições pela força, incendiavam sedes de sindicatos e atacavam adversários políticos. Para os fascistas, tais atos eram apresentados como defesa da nação diante do “perigo vermelho”. Essa violência não apenas enfraqueceu as forças socialistas, mas também projetou o fascismo como protagonista no cenário de crise.

O MEDO DA REVOLUÇÃO E A IMAGEM DE “PARTIDO DA ORDEM”

No início da década de 1920, a Itália vivia sob constante tensão. Greves e ocupações de fábricas se multiplicavam, enquanto o exemplo da Revolução Russa alimentava o temor de uma transformação radical. Entre a classe média, proprietários de terras e industriais, crescia a percepção de que apenas os fascistas poderiam conter uma revolução socialista iminente.

Mussolini soube explorar esse contexto. Reuniu veteranos descontentes, ex-socialistas e antiliberais, projetando o fascismo como alternativa à instabilidade política e à inércia do Estado. Assim, mesmo entre aqueles que não aprovavam todos os métodos fascistas, consolidou-se a imagem do movimento como um “partido da ordem”, capaz de restaurar a segurança e a disciplina.

A MARCHA SOBRE ROMA

Em outubro de 1922, com o governo liberal enfraquecido, os fascistas decidiram realizar uma demonstração nacional de força. Em 24 de outubro, convocaram uma reunião em Nápoles para organizar a mobilização. A decisão: marchar sobre Roma, reproduzindo em escala nacional as ações que já vinham realizando localmente — tomar prefeituras, expulsar autoridades de esquerda e ocupar espaços de poder.



Mussolini, calculando riscos, permaneceu em Milão, coordenando à distância. Enquanto milhares de fascistas avançavam para a capital, o rei Vítor Emanuel III optou por não ordenar a repressão militar. Em vez disso, convidou Mussolini a formar um novo governo.

Segundo o historiador Donald Sassoon, apesar da narrativa cultivada pelo regime, a Marcha sobre Roma não foi fruto de um irresistível apelo popular, mas sim o resultado de um acordo político que entregou o poder a Mussolini. Em 30 de outubro de 1922, ele chegou a Roma de trem e recebeu oficialmente o cargo de primeiro-ministro.

O PAPEL DAS ELITES ITALIANAS

A ascensão de Mussolini contou com o apoio de parte das elites liberais e conservadoras, que acreditavam poder controlá-lo. Com apenas cerca de 35 deputados, o Partido Nacional Fascista não detinha maioria parlamentar. Mas a imagem de Mussolini como líder carismático e decisivo convenceu setores da política tradicional de que ele poderia restaurar a ordem e estabilizar o país.

Essa aposta, porém, logo se revelaria equivocada. Uma vez no poder, Mussolini começaria a consolidar o regime, utilizando tanto a máquina do Estado quanto a milícia fascista para eliminar opositores. O passo seguinte não seria apenas governar — mas transformar o próprio sistema político italiano.

O ASSASSINATO DE GIACOMO MATTEOTTI E A CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA

Em 1924, o sequestro e assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti por militantes fascistas gerou enorme comoção nacional. Matteotti, um dos principais parlamentares socialistas, era um político moderado e de posses.



Segundo o historiador Richard Bosworth, alguns capangas fascistas abordaram Matteotti nas ruas de Roma, empurraram-no para o banco de trás de um carro e o levaram para o campo, onde foi brutalmente espancado. Matteotti morreu em decorrência das agressões. Não está totalmente claro se a intenção inicial era matá-lo, mas o fato é que sua morte provocou uma crise sem precedentes para o regime.

O historiador David D. Roberts afirma que a repercussão foi imediata e a legitimidade do fascismo sofreu um duro golpe: “Parecia que o assassinato de Matteotti acabaria com a carreira de Mussolini”.

O Duce chegou a hesitar e cogitou renunciar, mas decidiu resistir. A inação do rei e o apoio da Confederação da Indústria — temerosa de uma guinada socialista — permitiram que o governo sobrevivesse à pressão.

Em setembro de 1924, o assassinato de Federico Guglielmo Florio, um notório deputado fascista, por socialistas foi explorado como “compensação” política pela morte de Matteotti. Roberts explica que isso deu munição aos fascistas radicais, que pressionaram Mussolini: “Pelo amor de Deus, faça alguma coisa, Duce, seu covarde!... Faça uma revolução fascista, ou não há mais o que fazer”.

Dias depois, Mussolini discursou na Câmara dos Deputados, assumindo a responsabilidade não só pelo assassinato de Matteotti, mas por toda a violência política do período. Roberts afirma que Mussolini declarou: “A partir de agora, seremos um Estado de partido único”. A partir desse momento, a transição para a ditadura fascista foi formalizada, e a Itália passou a marchar sob o comando absoluto do Duce.



CAPÍTULO 4

O ECO DOS APLAUSOS

A CRIAÇÃO DO ESTADO TOTALITÁRIO

A chegada de Mussolini ao poder, em 1922, deu início a uma rápida transformação política. Após a Marcha sobre Roma, ele passou a concentrar cada vez mais autoridade, moldando um Estado em que nada poderia existir fora de seu controle. O próprio termo “totalitário”, inicialmente criado por um opositor, Giovanni Amendola, foi incorporado pelo regime como marca de identidade.



O objetivo era eliminar qualquer forma de oposição. Jornais liberais tiveram seus editores substituídos, leis foram adaptadas aos princípios fascistas e a autonomia política ou ideológica deixou de existir. Na retórica oficial, todo italiano era também fascista — e estar fora do movimento significava estar contra a nação.

A MÁQUINA DE PROPAGANDA

Para consolidar essa nova ordem, o regime investiu maciçamente em propaganda. Mussolini, meticuloso e atento a cada detalhe, revisava pessoalmente jornais e discursos. Sua teatralidade, gestos calculados e oratória eram usados para mobilizar multidões. O título “o Duce” tornou-se onipresente, associado à imagem de liderança firme e vigilante.

O cinema, o rádio, as artes visuais e a arquitetura serviam para reforçar a presença do fascismo no cotidiano. Cidades eram marcadas por símbolos do regime, enquanto a imagem de Mussolini se multiplicava em prédios e espaços públicos, projetando a sensação de um apoio popular unânime.

O LÍDER COMO FIGURA QUASE SAGRADA

A combinação entre carisma pessoal e propaganda eficaz produziu um fenômeno de devoção popular. Segundo o historiador Richard Golsan, Mussolini recebia milhares de cartas diariamente, contendo pedidos de conselho, agradecimentos e relatos pessoais. Sua figura passou a ser percebida como a de um líder com respostas para todos os problemas — ao mesmo tempo político, ator e guia da nação.



POPULARIDADE E APOIO INTERNO

Mesmo diante da repressão política, o regime manteve amplo respaldo. Nas eleições de 1924, o fascismo obteve vitória expressiva, sustentada pelo orgulho nacional e pela promessa de eficiência administrativa — resumida na famosa frase de que “Mussolini fez os trens chegarem no horário”.

Segundo o historiador David D. Roberts, até líderes estrangeiros, como Winston Churchill, chegaram a vê-lo como exemplo de governante enérgico. Paul Gottfried afirma que “O fascismo italiano era visto como o modelo do futuro”.

Esse apoio era reforçado por uma rede de alianças com setores tradicionais da Itália e por políticas que buscavam transmitir disciplina e unidade, garantindo ao regime estabilidade interna nos primeiros anos.

A “TRINCHEIROCRACIA” E O NOVO HOMEM FASCISTA

A experiência da Primeira Guerra Mundial permaneceu no centro da ideologia fascista. Os veteranos eram exaltados como elite moral e cívica, e o ideal do “novo homem” fascista tomava como modelo o guerreiro disciplinado, pronto a sacrificar-se pela pátria. Essa visão transformava a violência e a obediência em virtudes, legitimando a autoridade do Duce e a militarização da sociedade.

Mas a consolidação política era apenas uma parte do projeto. O fascismo também buscava moldar a economia, controlar a educação e intervir na vida cultural italiana para alinhar todos os aspectos da sociedade ao Estado. Pouco a pouco, o regime tentou expandir seu controle para além da política, projetando-se como força total sobre a vida nacional.



CAPÍTULO 5

A AMBICÃO IMPERIAL E O DECLÍNIO

A POLÍTICA EXPANSIONISTA E A "GLÓRIA COLONIAL"

Um dos pilares do regime de Benito Mussolini foi a busca por um império que restaurasse a "glória" de Roma no Mediterrâneo. Seus planos incluíam expandir a presença italiana na Albânia, Grécia e norte da África. A Etiópia, que havia derrotado a Itália nos anos 1890, permaneceu como objetivo de vingança e afirmação nacional.

Em 1935, Mussolini lançou a campanha para conquistá-la. A ofensiva foi marcada por brutalidade, com uso de gás venenoso e a imposição de leis raciais semelhantes ao que seria o apartheid na África do Sul. Apesar da ausência de benefícios econômicos significativos, a vitória foi celebrada como prova de força nacional e marcou o auge da popularidade do Duce.

O AFASTAMENTO DAS DEMOCRACIAS E A APROXIMAÇÃO COM HITLER

A invasão da Etiópia provocou condenação internacional e sanções pela Liga das Nações. Isolado pelos britânicos e franceses, Mussolini voltou-se para Adolf Hitler. Em 1939, assinou o Pacto de Aço, que previa apoio militar mútuo em caso de guerra — decisão tomada contra a opinião de parte de seu próprio governo.

O Duce acreditava estar repetindo a estratégia italiana da Primeira Guerra Mundial: alinhar-se aos futuros vencedores para colher ganhos territoriais. Na prática, porém, essa escolha afastou definitivamente a Itália das democracias ocidentais e a prendeu à sorte da Alemanha nazista.

O DESGASTE NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A entrada da Itália no conflito, em 1940, revelou-se um erro estratégico. As forças italianas acumularam derrotas, e a guerra logo se tornou impopular. Campanhas mal planejadas resultaram em milhares de mortos, especialmente na frente russa. O império colonial ruiu com a perda da Etiópia, Somália, Eritreia e, em 1943, da Líbia.

Em julho de 1943, a invasão aliada da Sicília expôs a fragilidade militar italiana, obrigando os alemães a assumirem a defesa. O bombardeio de Roma abalou a confiança popular, e Mussolini passou a ser visto como incapaz de proteger o país.

A QUEDA E A REPÚBLICA DE SALÒ

Em 25 de julho de 1943, o Grande Conselho Fascista votou contra Mussolini. No dia seguinte, ele foi convocado pelo rei Vítor Emanuel III e preso, encerrando oficialmente o regime.



Resgatado por forças alemãs em uma operação aérea, foi levado ao norte da Itália para liderar a República Social Italiana — a chamada República de Salò — sob total controle nazista.

Sua autoridade, nesse momento, era apenas nominal. O país mergulhou em guerra civil, com forças antifascistas enfrentando milícias leais ao regime, enquanto os alemães mantinham o controle efetivo.

O FIM DE MUSSOLINI

Com a ofensiva final dos Aliados e o avanço da resistência, Mussolini tentou fugir para a Suíça disfarçado de soldado alemão. Capturado em Dongo, foi executado junto de sua companheira, Claretta Petacci, em 28 de abril de 1945. Os corpos foram levados a Milão, expostos publicamente e alvo de humilhações.



O fim do Duce simbolizou não apenas a derrota do fascismo italiano, mas também o colapso de um projeto que, pouco antes, parecia consolidado. Entretanto, enquanto Mussolini caía, a Alemanha de Hitler ainda resistia, travando suas batalhas finais. É nesse cenário, com o nazismo prestes a enfrentar seu próprio desfecho.

A história da ascensão e queda de Adolf Hitler será contada na segunda parte deste livro: “História do Fascismo”.

PARTE II

O NAZISMO ALEMÃO



CAPÍTULO 6

O ECO DA DERROTA

O IMPACTO DEVASTADOR DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E DO TRATADO DE VERSALHES

A derrota de 1918 mergulhou a Alemanha em uma crise profunda. O Tratado de Versalhes impôs pesadas reparações financeiras, a perda de 13% do território, a limitação do exército a 100 mil homens e a obrigação de assumir a culpa pela guerra. Além disso, o país foi proibido de manter colônias, restringindo sua capacidade de competir com as potências europeias.

Essas condições alimentaram um sentimento generalizado de humilhação nacional. Segundo o historiador Richard J. Evans, para muitos alemães, o tratado não era um acordo legítimo, mas um *diktat* — uma imposição unilateral que comprometia o futuro da nação.

A economia entrou em colapso, e a inflação corroeu rapidamente o poder de compra, criando um clima de instabilidade que se tornaria fértil para discursos radicais.

A FRAGILIDADE DA REPÚBLICA DE WEIMAR E A ASSOCIAÇÃO DA DEMOCRACIA À DERROTA

O novo regime democrático — a República de Weimar — foi instituído como condição para o fim da guerra. Mas, desde o início, sua imagem esteve vinculada à rendição e à crise. A coalizão que assumiu o governo não conseguiu enfrentar a instabilidade econômica e política.

Essa associação entre democracia e derrota corroeu rapidamente a confiança popular. Segundo o historiador Erik Kurlander, o sistema democrático na Alemanha operava de forma cada vez mais autoritária, recorrendo a decretos de emergência para contornar a paralisia do parlamento.

Esse desgaste criou espaço para movimentos que se apresentavam como alternativa à fragilidade do regime.



A AMEAÇA DO COMUNISMO E O "JUDAICO-BOLCHEVISMO"

O avanço do comunismo na Europa, impulsionado pelo sucesso da Revolução Russa, provocou apreensão entre conservadores e nacionalistas alemães. Tentativas de insurreição comunista no país, como a República Soviética da Baviera, reforçaram o temor de uma revolução nos moldes soviéticos.

A presença de líderes judeus proeminentes no movimento revolucionário russo alimentou a associação antissemita entre judaísmo e comunismo, cristalizando o conceito de "judaico-bolchevismo". Essa ideia apresentava os judeus como protagonistas de uma conspiração internacional destinada a destruir a cultura e a sociedade alemãs — narrativa que se tornaria peça central no discurso nazista.



O SURGIMENTO DOS FREIKORPS

Com as forças armadas drasticamente reduzidas pelo Tratado de Versalhes, multiplicaram-se os *Freikorps* — grupos paramilitares formados por veteranos desempregados e marcados pelo trauma da guerra. Fortemente nacionalistas e anticomunistas, tornaram-se instrumento de violência contra a esquerda.



Paradoxalmente, foi o próprio governo social-democrata que recorreu a essas milícias para reprimir revoltas comunistas, julgando a ameaça da extrema esquerda mais urgente do que a da direita armada. Essa decisão, porém, não apenas legitimou a ação dos *Freikorps*, como também abriu caminho para que redes nacionalistas radicais encontrassem espaço e experiência para crescer.

E foi justamente desse ambiente de ressentimento, instabilidade e violência que emergiria um novo partido, pequeno e obscuro em seus primeiros passos, mas destinado a remodelar a história da Alemanha: o Partido dos Trabalhadores Alemães — núcleo inicial do movimento nazista.



CAPÍTULO 7

ASCENSÃO DE ADOLF HITLER

JUVENTUDE E EXPERIÊNCIA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Antes de 1914, Adolf Hitler levava uma vida instável. Abandonou a escola, fracassou na tentativa de ingressar na Academia de Belas-Artes de Viena e sobrevivia de pequenos trabalhos. Em 1913, mudou-se para a Alemanha.

Segundo o historiador Richard J. Evans, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Hitler alistou-se voluntariamente no exército alemão, servindo como mensageiro na linha de frente — uma função arriscada, que cumpriu com disciplina. Foi ferido duas vezes, uma delas por gás mostarda, que o deixou temporariamente cego. Ao recuperar a visão, recebeu a notícia da rendição alemã, episódio que o marcou profundamente.



A experiência nas trincheiras reforçou seu nacionalismo e o ressentimento pela derrota — sentimentos comuns a muitos veteranos que, no pós-guerra, se alinharam a movimentos radicais de extrema direita ou extrema esquerda.

INGRESSO NO PARTIDO DOS TRABALHADORES ALEMÃES

Após o conflito, Hitler permaneceu no exército e foi designado para monitorar atividades políticas radicais. Nesse papel, participou de reuniões do Partido dos Trabalhadores Alemães, um pequeno grupo nacionalista e antissemita. Sua habilidade oratória rapidamente chamou atenção, e ele se tornou um dos principais propagandistas do movimento.

A conexão entre seu discurso inflamado e o ressentimento popular deu ao grupo um novo fôlego, preparando o terreno para sua expansão.

TRANSFORMAÇÃO EM PARTIDO NAZISTA E ASCENSÃO POLÍTICA

Sob a liderança de Hitler, o partido foi rebatizado como Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Sua plataforma combinava nacionalismo extremo, antissemitismo e anticomunismo, explorando o descontentamento com a República de Weimar e o Tratado de Versalhes.



Com um aparato de propaganda cada vez mais eficaz, o partido atraiu veteranos de guerra, membros dos *Freikorps* e setores da população desiludidos com a política tradicional. A organização de eventos de massa e o uso de símbolos marcantes ampliaram sua visibilidade e coesão interna.

O PUTSCH DA CERVEJARIA E AS LIÇÕES DO FRACASSO

Em 1923, inspirado pela Marcha sobre Roma de Mussolini, Hitler e seus aliados tentaram tomar o poder em Munique, no episódio conhecido como Putsch da Cervejaria. A tentativa fracassou, resultando em sua prisão.

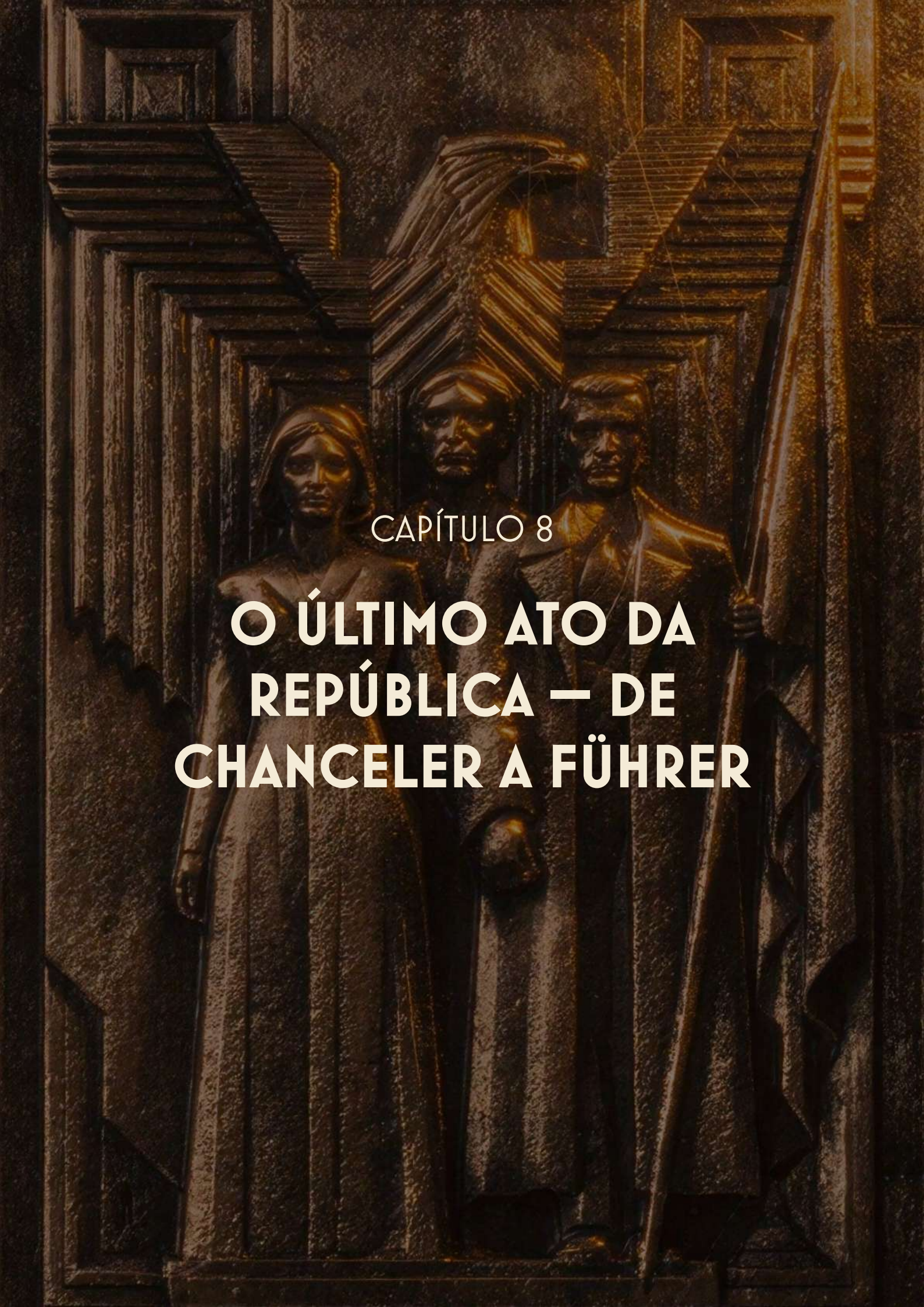


No julgamento, Hitler transformou o tribunal em palco para difundir suas ideias nacionalistas e antissemitas, alcançando notoriedade nacional. Condenado a cinco anos, cumpriu apenas nove meses, período em que escreveu *Mein Kampf*. Na obra, expôs sua visão de mundo, defendendo a destruição do marxismo, a perseguição aos judeus e a expansão territorial da Alemanha para garantir o *Lebensraum* — o “espaço vital”.

RECONSTRUÇÃO E CAMINHO PARA O PODER

Após deixar a prisão, Hitler reorganizou o partido e adotou uma nova estratégia: conquistar o poder pela via legal. Criou estruturas paramilitares, como as SA (*Sturmabteilung*), para proteger reuniões e intimidar adversários, e expandiu o alcance da propaganda para atingir camadas mais amplas da sociedade.





CAPÍTULO 8

**O ÚLTIMO ATO DA
REPÚBLICA — DE
CHANCELER A FÜHRER**

RA GRANDE DEPRESSÃO COMO FATOR CRUCIAL PARA O CRESCIMENTO DO PARTIDO NAZISTA

A Alemanha, já em 1923, enfrentava graves problemas: milhões de desempregados, ressentimento contra o Tratado de Versalhes, enormes reparações de guerra e perda de prestígio internacional. A democracia da República de Weimar, associada à derrota e ao tratado, passou a ser vista como responsável pelo declínio econômico e pela pobreza.

A crise econômica mundial de 1929 e o desemprego em massa deram novo impulso ao nazismo, que passou a obter votações expressivas e a se apresentar como a principal alternativa à instabilidade de Weimar. O momento de transformar esse capital político em controle efetivo do Estado se aproximava — e seria o passo decisivo para a Alemanha entrar em uma nova era sob o comando de Hitler.

Segundo o historiador Richard J. Evans, a Grande Depressão foi o catalisador decisivo. Com a quebra da Bolsa de Nova York e o colapso da indústria e dos bancos, o desemprego chegou a 35% em 1932. Segundo o historiador Erik Kurlander, os nazistas souberam explorar a frustração popular diante da ineficácia dos partidos tradicionais: de menos de 3% dos votos em 1928, saltaram para 18% em 1930 e 37,8% em julho de 1932, tornando-se o maior partido do Reichstag.





Esse avanço eleitoral consolidou o nazismo como força política dominante, mas também aumentou a tensão e a instabilidade, criando um cenário em que a mudança de governo parecia inevitável.

O AMBIENTE DE "GUERRA CIVIL" NAS RUAS E A BUSCA POR UM NOVO FÜHRER

O pós-guerra alemão foi marcado por radicalização e divisões profundas. Nas ruas, os confrontos entre a SA nazista e os comunistas transformavam a instabilidade política em um clima de guerra interna.

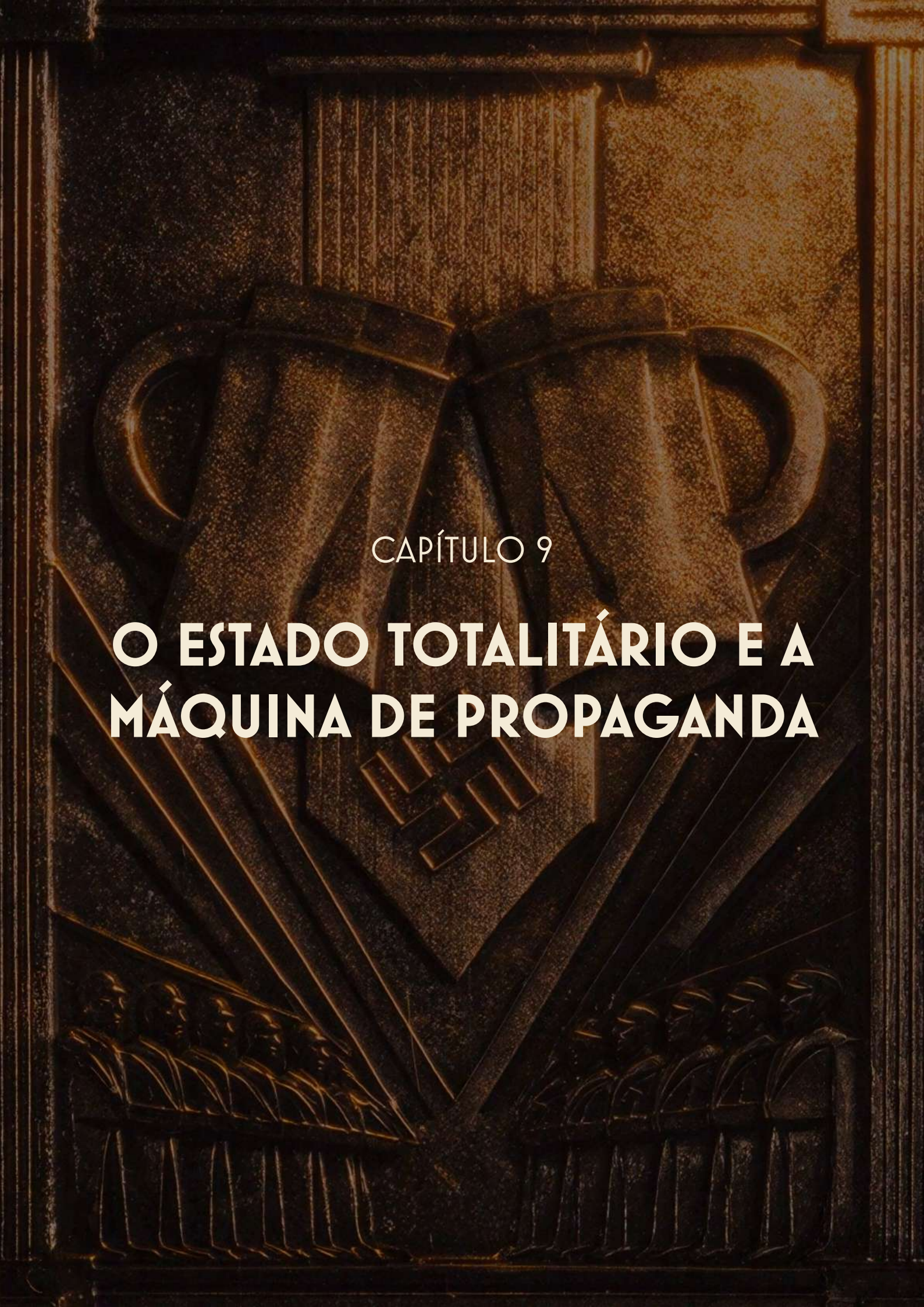
Diante desse cenário, cresceu o desejo popular por uma liderança forte, capaz de restaurar a ordem e a grandeza nacional — um novo *Führer* que se apresentasse como a voz e a vontade do povo.

A NOMEAÇÃO DE HITLER COMO CHANCELER EM 1933

Mesmo no auge eleitoral, os nazistas não obtiveram maioria absoluta. Em 1932, com 37,8% dos votos, eram o maior partido, mas dependiam de alianças para governar. A República de Weimar funcionava de forma cada vez mais instável.

Segundo o historiador Manfred Görtemaker, nesse contexto, líderes conservadores como Franz von Papen e o presidente Paul von Hindenburg subestimaram Hitler, acreditando que poderiam controlá-lo ao incluí-lo em um governo de coalizão. Sua nomeação como Chanceler, em janeiro de 1933, foi vista como solução para estabilizar a república — mas logo se revelaria um erro grave.

Em poucas semanas, Hitler mostraria que não pretendia ser apenas chefe de governo, mas líder incontestável da Alemanha.



CAPÍTULO 9

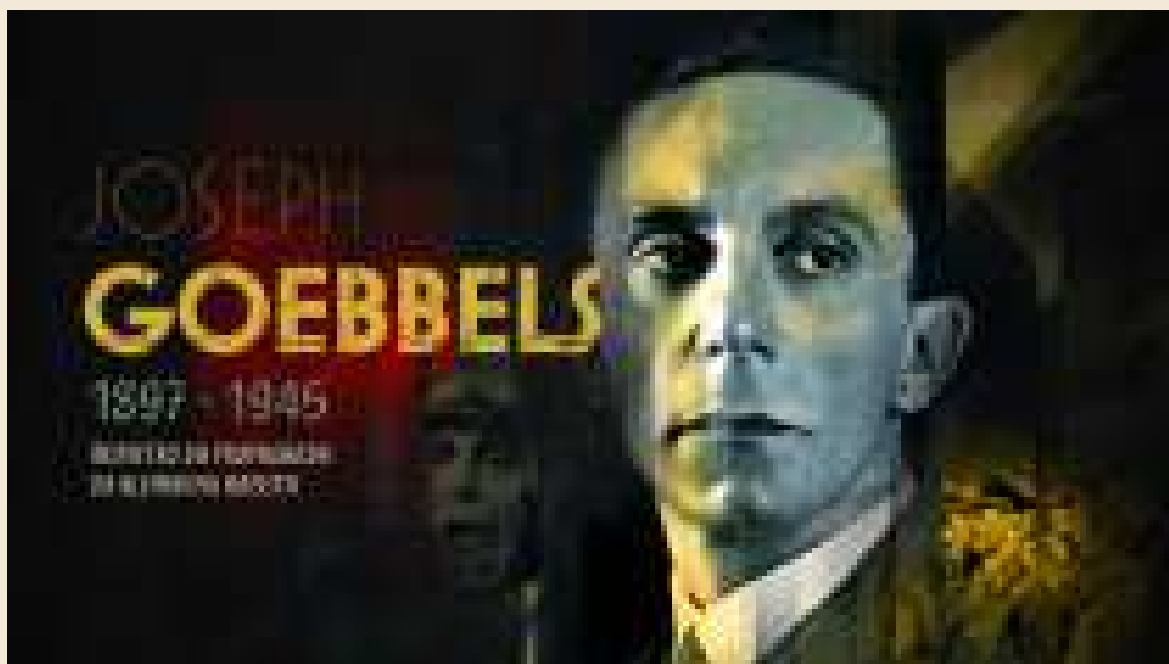
O ESTADO TOTALITÁRIO E A MÁQUINA DE PROPAGANDA

A ORGANIZAÇÃO TOTAL DA SOCIEDADE SOB O REGIME NAZISTA

A nomeação de Hitler como Chanceler, em 1933, marcou o início de uma transformação radical na Alemanha. O objetivo central era estabelecer um Estado totalitário que controlasse por completo a vida nacional. Segundo o historiador Richard Bosworth, o conceito de Totalitarismo é originário da Itália e foi definido por Mussolini como “aquele em que todos estão a serviço do Estado. Não há nada contra o Estado. Nada nem ninguém está fora do Estado”.

Esse conceito foi levado a um novo patamar pelo regime nazista. Segundo Richard J. Evans, todas as instituições independentes foram incorporadas ao Partido Nazista, desde organizações políticas até associações culturais e esportivas. Até “coisas mundanas” e “clubes de bairro” foram absorvidos, como corais e clubes de futebol.

O Ministério da Propaganda, sob Joseph Goebbels, criou a Câmara da Cultura do Reich, subdividida em setores como a Câmara da Música, a Câmara da Literatura, etc. A filiação era obrigatória para exercer a profissão. Judeus e pessoas com histórico de esquerda eram excluídos, sendo, na prática, banidos da vida profissional. Essa integração total buscava moldar um “novo homem” alinhado à “Revolução Nacional” e pronto a sacrificar-se por ela.



QUANDO A CÂMERA SE TORNOU ARMA

Segundo o historiador Erik Kurlander, no Terceiro Reich, a propaganda foi considerada mais essencial que a repressão para manter e consolidar o regime.

Joseph Goebbels, como Ministro da Propaganda, tinha autoridade plena para definir estratégias e narrativas.

O regime oferecia à população um “mundo ideal” para substituir a sensação de derrota e humilhação herdada da Primeira Guerra. A estética era cuidadosamente construída: a bandeira nazista, com sua suástica preta no círculo branco sobre fundo vermelho, foi concebida para ser marcante; fotógrafos como Heinrich Hoffmann e cineastas como Leni Riefenstahl potencializaram o impacto visual por meio de imagens e filmes de propaganda; o rádio e o cinema foram explorados como instrumentos eficazes de mobilização. Essa mensagem era reforçada em comícios grandiosos como os de Nuremberg, transmitidos em massa para todo o país com o auxílio do Volksempfänger — o “rádio do povo”, barato e amplamente distribuído para garantir que a voz de Hitler e a propaganda oficial chegassem a todos os lares. Paralelamente, a Juventude Hitlerista atuava como ferramenta de doutrinação das novas gerações, moldando desde cedo os valores e lealdades exigidos pelo regime.



Hitler também buscava projetar, para dentro e para fora da Alemanha, a imagem de apoio popular absoluto. Segundo o historiador Erik Kurlander, pesquisas secretas da Gestapo e do SD (*Sicherheitsdienst* - agência de inteligência do Partido Nazista), bem como diários da época, indicavam que a maioria da população se mostrava satisfeita com o Terceiro Reich. Para muitos alemães que não eram alvos diretos da perseguição do regime, a vida parecia mais segura, a economia havia melhorado, e havia oportunidades inéditas de lazer e aumento salarial.

Como lembra a historiadora Heike Görtemaker, Joseph Goebbels certa vez declarou: *“Fascistas? Nós não somos fascistas... somos piores”*. Essa afirmação revelava a percepção dos próprios nazistas de que sua ideologia não era apenas uma variação do fascismo italiano, mas algo mais radical, fundamentado no antissemitismo e em uma visão totalitária extrema, que se via como distinta e, em seu entendimento, mais “avançada” na brutalidade e no alcance de seus objetivos.

A CHAMA QUE ILUMINOU A DITADURA

Poucas semanas após assumir a Chancelaria, em 27 de fevereiro de 1933, um incêndio devastou o prédio do Reichstag, sede do parlamento alemão, em Berlim. A polícia prendeu no local o comunista holandês Marinus van der Lubbe, encontrado com fósforos e material incendiário. Para Hitler e a liderança nazista, o episódio foi imediatamente explorado como prova de que uma insurreição comunista estava em andamento.

A narrativa oficial apresentada pelo regime apontava o incêndio como parte de um plano mais amplo para derrubar o governo e instaurar uma ditadura bolchevique. Essa versão, amplamente divulgada pela propaganda, serviu como pretexto para uma reação rápida e contundente. Já no dia seguinte, o presidente Paul von Hindenburg assinou o Decreto do Incêndio do Reichstag, que suspendia direitos civis fundamentais, como liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, além de permitir prisões sem ordem judicial.

Sob esse manto legal, a repressão se intensificou. Milhares de comunistas, socialistas e opositores políticos foram presos, e os primeiros campos de concentração foram estabelecidos para deter esses prisioneiros. Com a esquerda desarticulada, o Partido Nazista eliminou um dos principais obstáculos à sua consolidação no poder.

O historiador Erik Kurlander observa que, poucos dias após o incêndio, Hitler decidiu aproveitar o momento politicamente: *“Quer saber? Essa é uma boa hora para novas eleições”*, prevendo que, sem representantes comunistas no parlamento, os nazistas poderiam se tornar maioria.

Ainda assim, nas eleições seguintes, realizadas em 5 de março de 1933, os nazistas obtiveram 43% dos votos — insuficiente para uma maioria absoluta. Para formar governo, precisaram se aliar aos conservadores, que detinham cerca de 8% dos assentos.

Mas, como lembra Kurlander, Hitler ainda não considerava seu governo suficientemente forte. Ele não se limitou a governar por decretos de emergência: convocou outros partidos em março, apelando para o medo da esquerda e para a necessidade de uma liderança forte diante da crise econômica. Disse-lhes que o processo de aprovação de leis era complexo demais e que a Constituição deveria ser alterada para permitir que, por quatro anos, seu governo pudesse aprovar leis legalmente sem recorrer a decretos de emergência. No final de março, obteve o apoio de católicos, conservadores, do Partido Popular do Povo Bávaro e de liberais para aprovar a mudança com dois terços dos votos. Como destaca Kurlander, Hitler estava utilizando a Constituição e fazendo com que o próprio parlamento votasse a favor da sua concentração de poder — um processo que, segundo ele, *“deve assustar todos que querem entender o fascismo”*.

O passo decisivo foi a aprovação da Lei de Plenos Poderes (*Ermächtigungsgesetz*), que permitiu a Hitler governar por quatro anos sem depender de decretos de emergência ou do parlamento. A partir daí, o caminho para a ditadura estava legalmente pavimentado, e o incêndio do Reichstag entrou para a história como o catalisador desse processo.

QUANDO O INIMIGO VESTE UNIFORME

Em 30 de junho de 1934, a chamada “Noite das Facas Longas” marcou um ponto de não retorno para o regime nazista. O episódio teve origem em um plano arquitetado por Hermann Göring, Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich, que convenceram Hitler de que Ernst Röhm — comandante da SA (*Sturmabteilung*) e seu amigo de longa data — planejava substituí-lo, dissolvendo o exército regular para colocar a SA no comando.

A acusação foi sustentada por documentos forjados, cuidadosamente elaborados para parecerem provas irrefutáveis de uma conspiração. Hitler, que já via com desconfiança o crescente poder da SA e o comportamento imprevisível de Röhm, decidiu agir com brutalidade. Deu início a uma operação de expurgo que, ao longo de poucos dias, resultou na execução de centenas de pessoas — não apenas membros da SA, mas também antigos aliados e figuras que, de alguma forma, representavam ameaça ou oposição dentro do próprio partido.

Segundo o historiador Erik Kurlander, a imprensa nazista apresentou o massacre como uma ação necessária para “proteger a Constituição, o exército, o serviço civil, o presidente Hindenburg e a unidade nacional”, classificando todos os mortos como “traidores”. Essa narrativa oficial buscava legitimar o assassinato político em massa e apresentá-lo como um ato de defesa do Estado.

Pouco mais de um mês depois, em 2 de agosto de 1934, o presidente Paul von Hindenburg faleceu. Hitler aproveitou o momento para fundir os cargos de chanceler e presidente, concentrando todos os poderes na figura do chefe de governo e assumindo oficialmente o título de Führer (Líder) da Alemanha.

Com a SA reduzida a um papel subordinado e seus líderes eliminados, Hitler reforçou seu vínculo com o exército e removeu os últimos focos de contestação interna. O resultado foi a consolidação de seu controle absoluto sobre o partido e o Estado, abrindo caminho para a próxima fase de seu projeto: a expansão territorial.



CAPÍTULO IO

A GUERRA E A DERROTA FINAL

A POLÍTICA EXTERNA AGRESSIVA DE HITLER

A ascensão de Hitler ao poder, em 1933, marcou o início de uma política externa voltada para revisar o Tratado de Versalhes e expandir o território alemão. A perda de 13% do território, a limitação do exército a 100 mil homens e as pesadas reparações impostas após 1919 eram lembradas como humilhação nacional, e Hitler se apresentava como o líder capaz de restaurar a grandeza do país.

O primeiro passo foi o rearmamento da Alemanha, em clara violação ao Tratado de Versalhes. A produção de armamentos foi acelerada, o serviço militar obrigatório foi restabelecido e a força militar alemã se expandiu muito além do permitido. Em 1936, Hitler deu outro passo audacioso: ordenou a remilitarização da Renânia, região desmilitarizada pelo tratado e considerada vital para a segurança francesa. As potências ocidentais, apesar das evidentes provocações, não reagiram de forma decisiva, reforçando a percepção de que a Alemanha poderia avançar sem enfrentar oposição séria.

Em março de 1938, ocorreu o Anschluss — a anexação da Áustria ao Reich. Tropas alemãs cruzaram a fronteira sem resistência, sendo recebidas com demonstrações de apoio em várias cidades austríacas. Para Hitler, a união das duas nações germânicas era um passo natural em sua visão de um grande império unificado.

O movimento seguinte foi a anexação de territórios de língua alemã na Tchecoslováquia, legitimada pela retórica do direito à autodeterminação. Potências ocidentais como Reino Unido e França adotaram a política de apaziguamento, exemplificada pelo Acordo de Munique, em setembro de 1938, que autorizou a incorporação dos Sudetos — região habitada majoritariamente por população de língua alemã. Essa postura apenas aumentou a confiança de Hitler.

Segundo o historiador Richard J. Evans, o ponto de ruptura ocorreu em março de 1939, com a ocupação do restante da Tchecoslováquia, região não germânica — evidência de que o objetivo ia além da revisão do tratado: tratava-se de conquistar a Europa.

QUANDO OS INIMIGOS APERTAM AS MÃOS

Pouco antes de iniciar a ofensiva contra a Polônia, Hitler buscava garantir que a Alemanha não enfrentaria novamente o cenário da Primeira Guerra Mundial: um conflito em duas frentes. Para isso, negociou com Josef Stalin um acordo de não agressão que surpreendeu o mundo, dado o antagonismo ideológico entre nazismo e comunismo.

Assinado em 23 de agosto de 1939, o Pacto Molotov-Ribbentrop — nomeado em referência aos ministros das Relações Exteriores da Alemanha e da União Soviética, Joachim von Ribbentrop e Viacheslav Molotov — incluía cláusulas públicas e secretas. Publicamente, os dois regimes comprometiam-se a não atacar um ao outro nem apoiar terceiros em hostilidades. No entanto, o protocolo secreto definia a divisão de áreas de influência no Leste Europeu: a Polônia seria repartida entre as duas potências, enquanto Finlândia, Estônia, Letônia e Bessarábia ficariam sob influência soviética.

Para Hitler, o pacto eliminava a possibilidade de um bloqueio militar simultâneo vindo do oeste e do leste, dando-lhe liberdade para atacar a Polônia sem temer intervenção soviética.

Segundo o historiador Manfred Görtemaker, o acordo concedeu a Stalin tempo para reorganizar o Exército Vermelho, enfraquecido por expurgos internos - além de garantir territórios estratégicos sem necessidade imediata de guerra direta.

Poucos dias após a assinatura, em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia pelo oeste; em 17 de setembro, o Exército Vermelho entrou pelo leste, concretizando a partilha acordada.

O Reino Unido e a França, que haviam firmado compromissos de defesa com a Polônia, declararam guerra à Alemanha nazista em 3 de setembro de 1939. Contudo, não estenderam a declaração à União Soviética. A decisão refletia tanto limitações militares quanto considerações políticas: a prioridade imediata era deter a ameaça alemã, considerada mais urgente, e evitar abrir um segundo front diplomático contra Moscou, com quem ainda havia esperança de futura cooperação contra Hitler. Essa escolha, embora pragmática, expôs a assimetria no tratamento dado aos dois invasores e gerou críticas, sobretudo entre poloneses exilados.

O pacto e a subsequente invasão da Polônia selaram o início de um conflito global: a Segunda Guerra Mundial.

A BLITZKRIEG

Ao contrário da guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial, os nazistas desenvolveram a *Blitzkrieg* ("guerra relâmpago"), baseada em mobilidade, velocidade e ataques coordenados.

Após colocar a guerra relâmpago em prática com a invasão da Polônia, os nazistas aplicaram essa tática em campanhas rápidas que lhes garantiram vitórias decisivas. Na primavera de 1940, a Dinamarca e a Noruega caíram rapidamente, garantindo aos alemães posições estratégicas no Mar do Norte. Em maio, os exércitos de Hitler invadiram a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos, abrindo caminho para o ataque ao território francês.

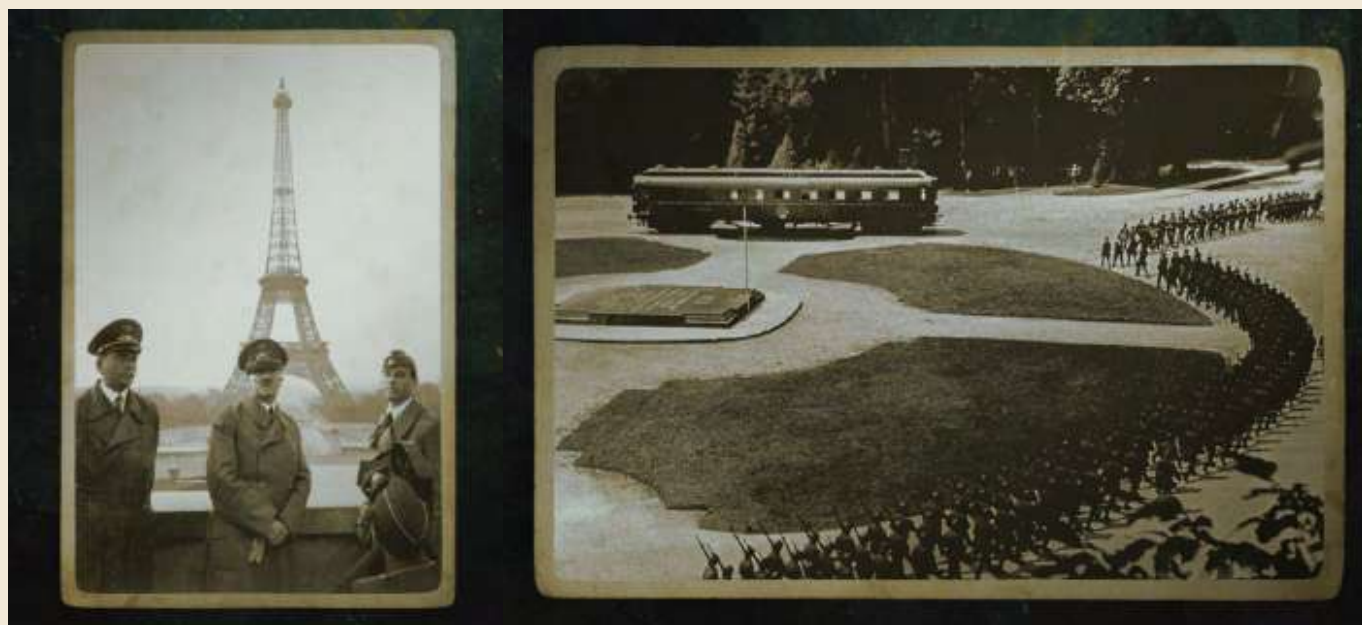
Segundo o historiador Manfred Görtemaker, a França possuía a maior força militar da Europa naquele período. O problema era que o país estava preso a

concepções estratégicas ultrapassadas e não havia percebido a dimensão da mudança que a Blitzkrieg alemã inaugurou.

As divisões motorizadas e blindadas avançavam com apoio aéreo, atravessando terrenos considerados impraticáveis, como as Ardenas, e utilizando pontes flutuantes para superar obstáculos.

Segundo o historiador Erik Kurlander, entre o quarto e o sexto dia da ofensiva, os alemães já haviam flanqueado as forças francesas e avançado rapidamente para o interior do país, encontrando resistência séria apenas quando já estavam na metade do território.

A rendição francesa foi assinada no mesmo vagão de trem em que, em 1918, a Alemanha assinara o armistício — um gesto calculado para simbolizar a revanche.



A SUPREMACIA CONTINENTAL

Com a queda da França em junho de 1940, a Alemanha atingiu o auge de sua expansão territorial na Europa Ocidental. A bandeira nazista tremulava em capitais antes impensáveis: Varsóvia, Oslo, Bruxelas e Paris. A propaganda exaltava Hitler como o estrategista que vingara a derrota de 1918 e restituía a glória da nação.

O Reino Unido, agora praticamente sozinho no front ocidental, recusou qualquer proposta de paz com o Terceiro Reich. A resposta alemã foi intensificar a ofensiva aérea na chamada Batalha da Grã-Bretanha. Embora tenha infligido danos consideráveis a cidades e infraestrutura britânicas, a Luftwaffe não conseguiu destruir a Força Aérea Real nem forçar a rendição inglesa.

Enquanto o impasse persistia no oeste, o Eixo se ampliava. Em setembro de 1940, Alemanha, Itália e Japão assinaram o Pacto Tripartite, formalizando uma aliança militar de alcance global. Para Berlim, isso representava a chance de abrir frentes indiretas contra o Império Britânico e, eventualmente, contra os Estados Unidos, caso entrassem na guerra.

O PACTO TRIPARTITE: A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO

Enquanto o impasse persistia no front ocidental, a Alemanha buscava reforçar sua posição estratégica no cenário internacional. Em setembro de 1940, Berlim, Roma e Tóquio assinaram o Pacto Tripartite, um acordo que formalizou a cooperação militar e política entre as três potências.

O pacto previa que, caso qualquer uma delas fosse atacada por um país que não estivesse envolvido no conflito europeu ou sino-japonês, as demais se comprometeriam a prestar auxílio militar e político imediato.

Para Hitler, o acordo tinha múltiplos objetivos: ampliar a pressão sobre o Império Britânico, sinalizar unidade entre regimes de ideologia autoritária e estabelecer um contrapeso global contra as potências ocidentais. A aliança também servia como demonstração de força, projetando a imagem de um Eixo capaz de coordenar ações em três frentes principais — Europa, África e Ásia —, cobrindo áreas que iam do Atlântico ao Pacífico.

O Pacto Tripartite marcou, assim, a transformação da cooperação entre Alemanha, Itália e Japão em uma aliança formalizada, criando a base diplomática e militar que sustentaria a estratégia expansionista do Eixo nos anos seguintes.

OPERAÇÃO BARBAROSSA: O ROMPIMENTO COM A UNIÃO SOVIÉTICA

Apesar de o pacto Molotov-Ribbentrop ainda estar em vigor, Hitler via a União Soviética não como aliada, mas como o maior obstáculo à sua visão de “espaço vital” no Leste. Em junho de 1941, desconsiderando alertas de seus generais sobre os riscos de abrir um novo front, ordenou a invasão do território soviético.

A Operação Barbarossa mobilizou milhões de soldados e foi a maior ofensiva militar terrestre da história. Nos primeiros meses, as forças alemãs avançaram rapidamente, cercando exércitos soviéticos e conquistando vastas áreas na Bielorrússia, Ucrânia e região do Báltico.

Segundo o historiador Richard Bosworth, “ali começou de fato a 2ª Guerra Mundial, pois os níveis de mortes são muito maiores do que os registrados na Europa Ocidental ou em qualquer outro lugar. Algo entre 20 e 27 milhões de pessoas da União Soviética morreram.” O front oriental se tornaria o mais sangrento e decisivo de todo o conflito, exigindo das forças alemãs recursos muito além do previsto e provocando baixas insustentáveis.

Ainda segundo Bosworth, Mussolini, em várias ocasiões, tentou persuadir Hitler a aceitar algum tipo de paz no Leste Europeu. Contudo, Hitler rejeitou qualquer negociação, acreditando que a vitória final sobre a União Soviética ainda estava ao seu alcance. Como explica o historiador, “é como se Mussolini não entendesse o que é ideologia. Porque foi a ideologia que levou os alemães para o leste. Foi o antissemitismo, e o Lebensraum, a ideia da inferioridade dos povos eslavos, e todas essas teorias. Mussolini dizia a Hitler: ‘Pelo amor de Deus, por que não fazer um acordo de paz? Vamos fazer um acordo com Stalin’. Ou seja, Mussolini era um político que enxergava as relações internacionais... enquanto Hitler era um ideólogo determinado a lutar até o fim.”

O rompimento do pacto transformou a guerra. A Alemanha passou a enfrentar simultaneamente a resistência e o inverno soviético, ao mesmo tempo em que mantinha tropas no oeste e no norte da África. A promessa de uma vitória rápida no Leste se desfez, iniciando um desgaste que minaria progressivamente o esforço de guerra nazista.

PEARL HARBOR E A ENTRADA DOS ESTADOS UNIDOS

Enquanto a *Wehrmacht* (Forças Armadas alemãs) combatia no front oriental, o Japão expandia sua esfera de influência no Pacífico, controlando a Coreia, Formosa, partes do Sudeste Asiático e avançando sobre a China continental desde 1937. O objetivo era enfraquecer a frota norte-americana e garantir acesso a recursos estratégicos.

O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, provocou a entrada imediata dos Estados Unidos na guerra. Para Hitler, o ataque representava a oportunidade de consolidar a aliança com o Japão e ampliar a pressão sobre o Império Britânico e a União Soviética. Poucos dias depois, a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos.

Segundo o historiador Manfred Görtemaker, “a Alemanha foi, eu diria, estúpida o bastante para declarar guerra aos Estados Unidos.” Ele explica que, a partir dos eventos de Pearl Harbor, ficou claro que a Alemanha enfrentaria não apenas os russos, mas também os americanos.

O equilíbrio da guerra começava a se inclinar contra o Eixo, marcando o início de um processo irreversível para o Terceiro Reich.



O COLAPSO DO TERCEIRO REICH

A partir de 1944, a Alemanha via seu domínio militar desmoronar em todas as frentes. No Leste, a Operação Bagration, lançada pelo Exército Vermelho no verão, destruiu o Grupo de Exércitos Centro e empurrou a Wehrmacht (forças armadas) para além das fronteiras polonesas. As perdas humanas e materiais eram insubstituíveis, e a capacidade de contra-ataque diminuía a cada mês.

No Oeste, o desembarque da Normandia em 6 de junho de 1944 abriu a tão temida Segunda Frente. A partir de então, as forças aliadas avançaram pela França, libertaram Paris e alcançaram o Reno no início de 1945. Tentativas alemãs de reverter a situação, como a ofensiva das Ardenas, consumiram reservas estratégicas e fracassaram em mudar o curso da guerra.

O sul da Europa também se tornava um peso crescente. Na Itália, as tropas alemãs recuavam lentamente diante do avanço aliado, obrigadas a dividir recursos já escassos entre múltiplos teatros de operações. A guerra, antes expandida por todo o continente, estreitava-se em direção ao próprio território do Reich.

Com o avanço simultâneo dos Aliados ocidentais e do Exército Vermelho, a Alemanha se encontrava encurralada. No início de 1945, as forças soviéticas atravessaram o Oder, e as potências ocidentais já estavam no Reno, preparando-se para invadir o coração do país. Cidades alemãs eram alvo constante de bombardeios que destruíam infraestrutura e minavam o moral civil.

A liderança nazista, porém, recusava-se a admitir a derrota. Hitler insistia em defender cada metro de território, emitindo ordens para contra-ataques impossíveis e mobilizando adolescentes e idosos na Volkssturm, a milícia popular criada às pressas. Essa obstinação prolongava o sofrimento da população e atrasava o inevitável.

No final de abril de 1945, o Exército Vermelho já havia cercado Berlim. O destino do Terceiro Reich estava selado, e a capital alemã se preparava para a batalha final — um confronto que se daria nas próprias ruas e que levaria diretamente aos últimos dias de Adolf Hitler.

O SUICÍDIO DE HITLER E A ONDA DE SUICÍDIOS NAZISTAS

Em março e abril de 1945, com o Exército Vermelho avançando pelo leste e cercando Berlim, a derrota do Terceiro Reich tornou-se inevitável. No Führerbunker, Hitler continuava a emitir ordens para exércitos inexistentes.

Quando os soviéticos estavam a apenas 400 metros, em 30 de abril de 1945, Hitler suicidou-se. Pouco antes, havia se casado com Eva Braun, que também se matou. O objetivo era evitar a captura, o julgamento e o destino sofrido por Benito Mussolini. Por ordem de Hitler, seus corpos foram queimados para impedir uso propagandístico.



O colapso do regime foi acompanhado por uma onda de suicídios entre a liderança nazista. Heinrich Himmler e Joseph Goebbels, entre outros, escolheram a morte. Goebbels matou seus seis filhos antes de tirar a própria vida. Segundo Richard J. Evans, “foi uma onda inacreditável de autodestruição” que marcou o fim dramático do regime.



A guerra terminava, mas as consequências políticas, sociais e morais de doze anos de nazismo estavam apenas começando. O próximo capítulo mostrará como o mundo buscou responsabilizar os culpados, reconstruir a Europa e enfrentar o legado deixado pelos regimes fascistas.



CAPÍTULO II

O ÓDIO RACIAL E O HOLOCAUSTO

O ANTISSEMITISMO COMO POLÍTICA OFICIAL E CENTRAL DO NAZISMO

Ao contrário do fascismo italiano em seus estágios iniciais — que rejeitava o antissemitismo como política de Estado e não atribuía aos judeus a culpa pelos problemas da Itália —, o nazismo tinha o ódio racial e o antissemitismo como pilares centrais de sua ideologia.

Segundo o historiador Richard Bosworth, enquanto Mussolini ironizava a “questão racial” alemã como “o tipo de estupidez esperada de um povo derrotado na 1ª Guerra”, para Hitler o antissemitismo era intrínseco ao projeto político.

Antes de 1918, o antissemitismo na Alemanha tinha caráter marginal. Judeus gozavam de integração social e direitos políticos, incluindo mobilidade, voto e elegibilidade para o parlamento. Porém, a derrota na Primeira Guerra Mundial e as condições humilhantes do Tratado de Versalhes criaram terreno fértil para o ressentimento e para a busca de culpados.

Os nazistas atribuíram a perda da guerra ao movimento revolucionário de esquerda — frequentemente associado aos judeus — e difundiram a teoria da “punhalada nas costas”. A crença no “judeu-bolchevismo” ganhou força ao associar judeus ao comunismo, dado o protagonismo de líderes como Trotsky, Kamenev e Zinoviev na Revolução Russa.



Segundo Erik Kurlander, como socialismo e comunismo eram, na época, os únicos movimentos a prometer igualdade de direitos aos judeus, essa associação foi explorada para apresentá-los simultaneamente como “parasitas capitalistas” e “agentes de um complô global”.

Embora temporariamente atenuado para ampliar o apelo eleitoral, o antissemitismo tornou-se rapidamente política de Estado após a ascensão de Hitler ao poder.

ARQUITETOS DA MORTE

A perseguição aos judeus foi gradual, mas constante. Leis e regulamentos os excluíram da vida pública, proibindo sua participação no governo e o casamento com não judeus. Com a Segunda Guerra Mundial, a política de exclusão deu lugar à de extermínio.

Segundo o historiador Richard J. Evans, após a invasão do Leste Europeu, a primeira fase consistiu em fuzilamentos em massa, que mataram cerca de 1,5 milhão de judeus, muitas vezes obrigados a cavar suas próprias covas. Relatórios da SS documentam essas operações.

A brutalidade, que incluía o programa de eugenia contra doentes e deficientes, também gerou protestos como o da Igreja Católica, que condenou essas práticas em agosto de 1941. Segundo Evans, isso levou Hitler a buscar métodos “menos explícitos” e “menos cara a cara”, adotando as câmaras de gás como principal instrumento.

A partir da Conferência de Wannsee, realizada em 1942, o Holocausto tornou-se uma operação sistemática, envolvendo a elite do regime e todos os ministérios, com o objetivo de eliminar a população judaica. Embora também tenham ocorrido mortes por fome e negligência médica, a maioria das vítimas foi assassinada em campos de extermínio, totalizando cerca de seis milhões de mortos.

O HOLOCAUSTO COMO OBJETIVO CENTRAL DE GUERRA

Segundo o historiador Richard Golsan, a violência contra os judeus sobrepôs-se às próprias necessidades militares para vencer a guerra. Deportações em massa, uso de trens para transporte e desvio de recursos essenciais ao front eram medidas “totalmente contraproducentes” do ponto de vista estratégico. Ainda assim, o ódio racial prevaleceu.

Soldados comuns, mesmo fora do Partido Nazista, demonstravam “grau especial de sadismo” e “desejo de humilhar” os judeus — um tratamento distinto do dado a outros grupos perseguidos. Isso revela que o antissemitismo não era apenas imposto de cima para baixo, mas também alimentado por atitudes disseminadas na base social.

Embora os judeus fossem o alvo prioritário, outros grupos também foram perseguidos e mortos pelos nazistas — como ciganos, pessoas com deficiência, prisioneiros políticos e até mesmo padres católicos.

Após a guerra, os Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) estabeleceram um marco jurídico e moral ao responsabilizar líderes nazistas por crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Foi a primeira vez que um tribunal internacional julgou sistematicamente dirigentes de um Estado por atrocidades cometidas durante um conflito, deixando um legado duradouro na legislação internacional. Essas investigações e condenações também reacenderam a questão central sobre até que ponto a população alemã tinha conhecimento — e responsabilidade — pelo genocídio, tema que segue sendo debatido entre historiadores e que conecta diretamente à análise das atitudes e cumplicidades internas durante o regime.

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO ALEMÃ E RESPONSABILIDADE PELO GENOCÍDIO

Segundo o historiador Erik Kurlander, os campos de concentração, inicialmente destinados à detenção ou “reeducação”, ficavam em áreas periféricas e muitos alemães não sabiam o que ocorria ali, assumindo que os internos estavam lá por um bom motivo justificável.



Segundo o historiador Erik Kurlander, os campos de concentração, inicialmente destinados à detenção ou “reeducação”, ficavam em áreas periféricas e muitos alemães não sabiam o que ocorria ali, assumindo que os internos estavam lá por um bom motivo justificável.

Contudo, segundo o historiador Geoff Eley, o aparato administrativo necessário para o genocídio envolveu milhares de pessoas, cujas famílias e círculos sociais inevitavelmente tomavam conhecimento, ao menos parcial, do que acontecia.

Independentemente da discordância entre Kurlander e Eley, a historiadora Heike Görtemaker traz uma reflexão importante sobre a Segunda Guerra e o Holocausto. Para ela, Hitler não deveria ser tratado como um “demônio isolado”, mas como um líder que agiu com a anuência de milhões. A maioria dos alemães acreditava nele e no modelo de liderança que propunha.

Para Heike, a guerra e a destruição do velho continente foram o resultado de um “ninguém” que, num tempo de crise, levou a Europa à catástrofe. Por isso, a historiadora defende que é essencial aprender com essa “experiência obscura e maligna”, e registrar para as futuras gerações quem foram os responsáveis e por que apoiaram tal regime, lembrando sempre que foram humanos que fizeram isso com outros humanos.

PARTE III

A DEFINIÇÃO DE FASCISMO



CAPÍTULO 12

DESVENDANDO O FASCISMO

Definir o fascismo é uma tarefa complexa e difícil até mesmo para os maiores historiadores e estudiosos do tema. Trata-se de um termo “inflacionado”, usado para descrever uma ampla gama de fenômenos. Não por acaso, há quem diga que “nem mesmo os italianos sabem o que é o fascismo”, já que o próprio período histórico foi marcado por contradições e mudanças de rumo. Por isso, muitos estudiosos evitam reduzi-lo a uma definição única e rígida.

Segundo o historiador Richard Golsan, para compreender o fascismo é necessário analisá-lo “a partir do próprio movimento e de sua evolução” e considerar seus “diferentes contextos nacionais”.

Por esse motivo, a proposta desta terceira parte da série “História do Fascismo” não se propõe a trazer uma definição perfeita e final, mas sim refletir sobre as análises e definições dadas pelos historiadores que entrevistamos para o documentário.

FASCISMO ITALIANO E NAZISMO: PIONEIRISMO E PARALELOS

O historiador John Foot lembra que o fascismo italiano surgiu antes do nazismo, cunhou o próprio termo “fascismo” e foi o primeiro movimento desse tipo a conquistar o poder. Embora o nazismo seja frequentemente visto como a “expressão máxima” do fascismo, ele argumenta que o caso italiano, por sua originalidade e pioneirismo, é a experiência mais autêntica para definir o fascismo.

Apesar disso, Foot ressalta que tanto fascistas quanto nazistas partilhavam a ambição de “restaurar a grandeza de seus países” e criar “um novo império alemão, um novo império italiano”.



O FASCISMO COMO RESPOSTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Segundo o historiador Erik Kurlander, o fascismo é historicamente considerado a “quarta grande resposta à política de massas na era moderna”, surgida nos últimos 100 a 120 anos, após o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo. Ele combina elementos dessas três correntes, apresentando-se como solução para as falhas percebidas em cada uma.

Já o historiador Richard J. Evans observa que o fascismo é marcado por doutrinas ultranacionalistas e antidemocráticas, definindo-se como uma “forma de nacionalismo revolucionário”.

Outro importante estudioso do tema, Stanley Payne, elaborou uma famosa lista de características do fascismo em vez de tentar fornecer uma única definição abrangente. Payne identifica três eixos principais:

- **Negações fascistas:** rejeição explícita a certas correntes e valores, notadamente o antiliberalismo e o anticomunismo, além de elementos do conservadorismo tradicional (embora líderes fascistas por vezes se aliassem temporariamente à direita)

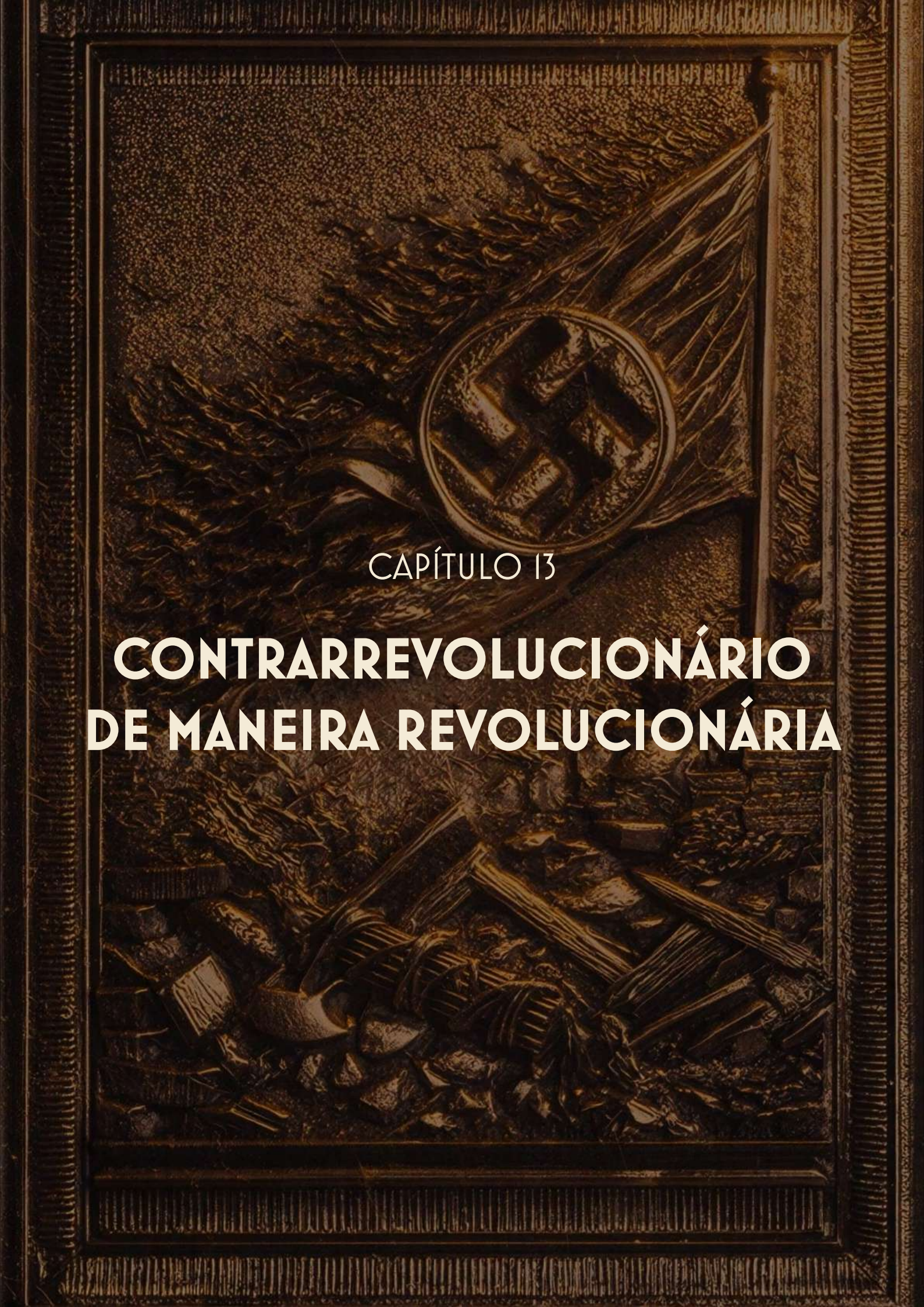
- **Objetivos fascistas:** fundação de um novo Estado autoritário nacionalista, rompendo com instituições e modelos tradicionais; organização de uma economia nacional integrada sob orientação corporativista; valorização da violência e da guerra como meios legítimos de ação; e aspiração à construção de um império expansionista ou a mudanças radicais nas relações internacionais do país.

- **Estilo fascista:** mobilização das massas em um movimento de caráter paramilitar (militarização da política); ênfase na estética política (uso de símbolos, rituais e liturgia para exaltar emoções); exaltação de valores “masculinos” (força, virilidade) e da juventude em detrimento de grupos considerados fracos (mulheres ou os mais velhos); e exercício de uma liderança pessoal carismática e autoritária como fonte de comando e unidade.

A formulação de Payne evidencia como alguns especialistas procuram definir o fascismo descrevendo seus traços fundamentais – isto é, aquilo a que o movimento se opõe, o que busca realizar e a maneira característica como atua – em vez de apresentar uma definição breve e única.

Essas características ajudam a compreender como o fascismo se posiciona simultaneamente como força de ruptura e de preservação, rejeitando certos valores enquanto mobiliza métodos radicais para proteger outros. É justamente nessa tensão — entre a reação contra mudanças vistas como ameaçadoras e a adoção de estratégias revolucionárias para alcançar seus objetivos — que se encontra a chave para entender sua natureza singular.

Essa dualidade, que desafia classificações simples, será o ponto de partida para o próximo capítulo, onde examinaremos como o fascismo se constituiu como um movimento contrarrevolucionário de maneira revolucionária, articulando elementos da esquerda e da direita em um projeto político próprio.

The background is a dark, textured surface, possibly a book cover or a wall, with a central circular emblem containing a swastika. To the right of the emblem is a flag on a pole. The overall tone is dark and somber.

CAPÍTULO 13

CONTRARREVOLUCIONÁRIO DE MANEIRA REVOLUCIONÁRIA

O fascismo pode ser compreendido como um movimento contrarrevolucionário que, paradoxalmente, atuou de forma revolucionária. Embora incorporasse traços que lembravam a esquerda, seu objetivo final era preservar valores tradicionais e estruturas sociais, protegendo-os de revoluções percebidas como ameaçadoras. Essa dualidade lhe conferiu um lugar singular no espectro político moderno.

OPOSIÇÃO A DOIS INIMIGOS PRINCIPAIS

Segundo o historiador Paul Gottfried, o fascismo se posicionava contra dois adversários centrais:

1. O internacionalismo revolucionário (marxismo):

Erik Kurlander, complementa a visão de Gottfried explicando que esse “internacionalismo revolucionário” era visto como ameaça às fronteiras e aos valores nacionais e o marxismo era retratado como instrumento de “comunistas internacionalistas e ateus”.

Kurlander reforça que o fascismo apresentou-se como defensor das pessoas comuns, de suas propriedades, valores tradicionais e identidade nacional contra essa ameaça.

Gottfried conclui que, paradoxalmente, o fascismo absorvia elementos de organização e mobilização inspirados no socialismo revolucionário, e os adaptava à sua própria lógica política.

2. Os governos parlamentares liberais:

O historiador Paul Gottfried diz que o segundo adversário do fascismo era o que chamou de Partidocracia.

Trata-se de governos parlamentares liberais, considerados fragmentados e incapazes de expressar a “verdadeira vontade nacional”.

UMA “REVOLUÇÃO DE DIREITA”

Apesar de seu caráter essencialmente contrarrevolucionário — protegendo a ordem estabelecida contra a ameaça da revolução de esquerda —, o fascismo adotava métodos insurgentes e radicais. O historiador Richard J. Evans o definiu como uma “revolução de direita”, distinta do conservadorismo tradicional que buscava preservar a estrutura de poder existente.

Paul Gottfried conclui que o fascismo foi uma forma de “nacionalismo revolucionário”.

UNIDADE NACIONAL ACIMA DA LUTA DE CLASSES

O objetivo do fascismo não era abolir as classes, mas fundi-las. Pretendia unir burguesia e trabalhadores sob a bandeira da nação, substituindo o conflito de classes pela mobilização coletiva em torno do Estado. No caso da Itália, foi visto como um “partido da ordem” capaz de evitar a fragmentação social e impedir uma revolução socialista.

SÍNTESE

Em essência, o fascismo foi “uma outra forma de revolução opositora” — uma resposta revolucionária às falhas percebidas no liberalismo, no socialismo e no conservadorismo. Sua força residia na promessa de ação decisiva diante de crises e na capacidade de explorar o medo, o ressentimento e o desejo de unidade.

A compreensão dessa dinâmica ajuda a explicar por que, mesmo derrotado militarmente, o fascismo continua a inspirar movimentos que buscam se apresentar como alternativas radicais à ordem política vigente — tema que se conecta diretamente ao debate sobre sua presença ou reinterpretação no mundo contemporâneo.





CAPÍTULO 14

O FASCISMO HOJE: NEOFASCISMO, POPULISMO E O USO DO TERMO

A questão sobre se o fascismo “ainda está vivo” permanece aberta e suscita interpretações divergentes. Para a historiadora Patrizia Dogliani, trata-se de um fenômeno histórico com início e fim definidos, encerrado com a Segunda Guerra Mundial. Nessa visão, foi um produto específico das condições da Europa entre as décadas de 1920 e 1940, cuja forma original não se repete hoje — embora tenha deixado herdeiros como o franquismo na Espanha e o salazarismo em Portugal.

O historiador Michele Sarfatti adverte que, apesar de o fascismo histórico não se repetir, a combinação de violência, políticas reacionárias, apatia social e culto ao líder permanece como uma possibilidade real e inquietante no cenário político contemporâneo.

Por esse motivo, é necessário considerar o desenvolvimento histórico do fascismo, suas variações nacionais e as condições que permitiram seu surgimento — elementos que ajudam a compreender como ideologias autoritárias podem, sob novas formas, encontrar espaço no mundo atual.

NEOFASCISMO E POPULISMO DE DIREITA

O historiador Stanley Payne destaca que, hoje, movimentos neofascistas existem, mas tendem a ser pequenos e carecem das características centrais do fascismo clássico — como uma filosofia própria, políticas econômicas nacional-socialistas ou corporativistas e culto sistemático à violência. Segundo ele, o que tem crescido é o “populismo de direita”: movimentos que parecem compartilhar elementos com o fascismo clássico, mas, na maior parte dos casos, se opõem à gênese e prática desses regimes.

Para Payne, a direita populista do século XXI atua, em geral, dentro das regras parlamentares, adaptando-se às instituições e ao ambiente político do momento. O sucesso de um movimento potencialmente neofascista dependeria, ironicamente, de negar explicitamente o fascismo histórico e reformular seus valores e estratégias para se adequar ao público contemporâneo.

O USO INFLACIONADO DO TERMO “FASCISTA”

Desde 1945, “fascismo” passou a ser usado frequentemente como insulto político, aplicado de forma indiscriminada a adversários. Para o historiador John Foot, quando esse termo é utilizado dessa maneira, perde seu significado histórico e se transforma em um rótulo genérico para designar quem teria “ultrapassado todos os limites” no debate público.

Segundo o historiador Donald Sassoon, rotular figuras como Elon Musk, Donald Trump ou Jair Bolsonaro de “fascistas” pode servir como estratégia retórica, mas pouco contribui para uma análise precisa se o objetivo é compreender a natureza e a prática política dessas figuras.

O historiador Paul Gottfried lembra que já durante a Segunda Guerra Mundial havia críticas a esse uso indiscriminado. Em 1943, George Orwell, então um socialista de esquerda, escreveu condenando a banalização do termo, observando que seus vizinhos chamavam de “fascista” qualquer pessoa de quem não gostassem. Embora naquela época houvesse algum contexto para tal uso — ainda que equivocado —, Gottfried ressalta que, hoje, não existe qualquer justificativa para empregar o termo de forma tão vaga.



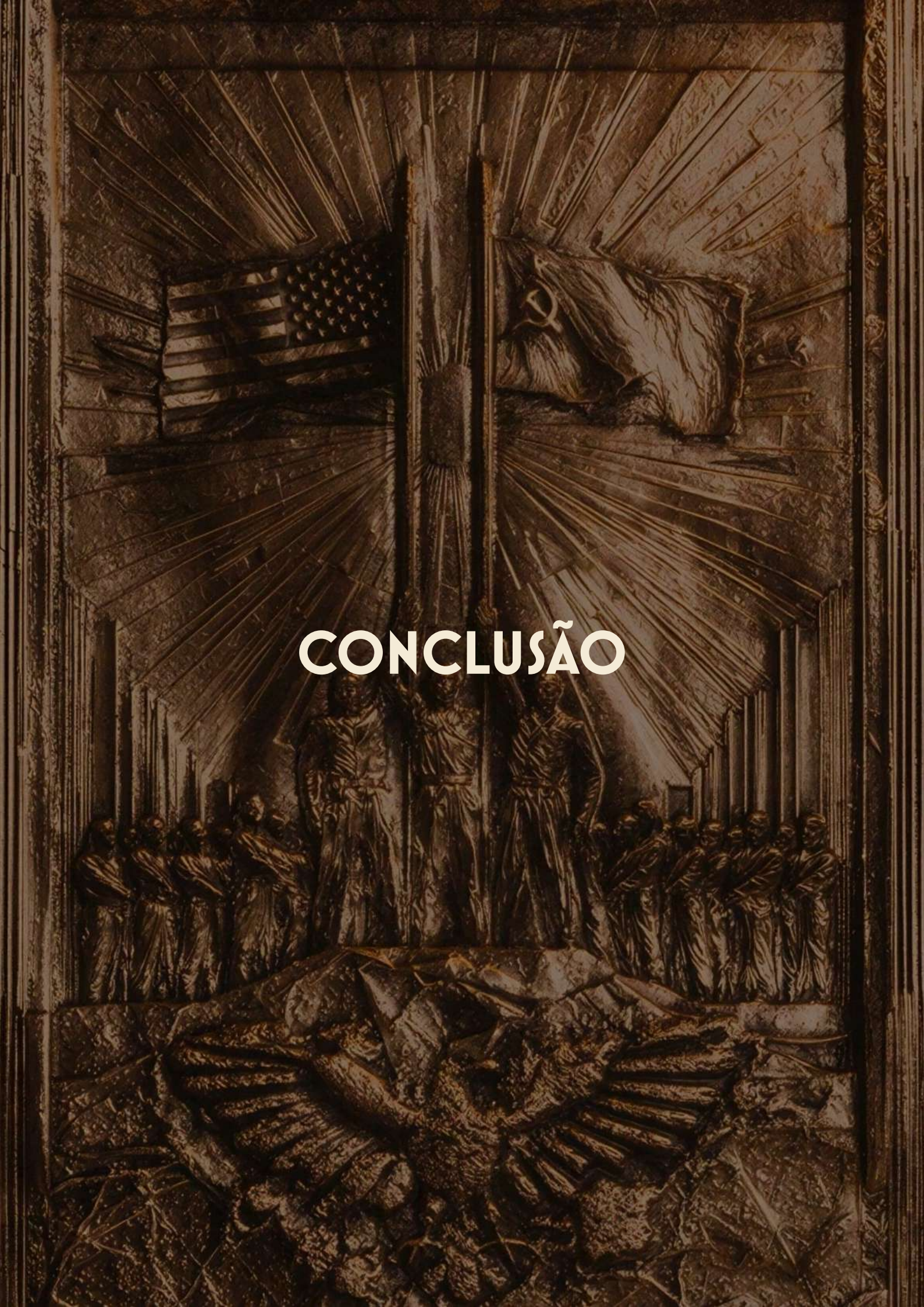
O historiador Manfred Görtemaker acrescenta que é preciso muito cuidado ao usar “fascista” fora de seu sentido histórico. Ele explica que, quando empregado para se referir especificamente ao período e aos regimes que caracterizaram o fascismo histórico, o termo é válido. No entanto, quando usado como fizeram os comunistas durante a Guerra Fria, como arma na disputa política, seu sentido se distorce e ele se torna problemático.

PERMANÊNCIA DE IDEIAS CENTRAIS

Compreender o fascismo como um fenômeno histórico específico não significa ignorar que alguns de seus elementos centrais possam ressurgir sob novas formas.

Segundo o historiador Geoff Eley, na última década, crises econômicas, sociais e institucionais abriram espaço para discursos que exploram o medo, o ressentimento e a promessa de ordem — demonstrando que, embora o fascismo clássico tenha sido derrotado em 1945, suas ideias fundamentais continuam a exercer influência e podem ser adaptadas a diferentes contextos.





CONCLUSÃO

A história do fascismo revela mais do que uma ideologia sepultada no passado. Ela expõe um dilema estrutural da política: toda ordem, quando não sustentada, tende ao colapso.

Assim como impérios e nações nascem e morrem, os sistemas políticos modernos sofrem com a entropia — uma erosão gradual da confiança, da estabilidade e da legitimidade.

Quando as instituições deixam de funcionar, quando os partidos passam a servir apenas aos próprios interesses, quando a sociedade se fragmenta em blocos inconciliáveis, a entropia política se acelera — e a desordem abre caminho para que ideias outrora radicais passem a parecer aceitáveis.

O fascismo surgiu como uma resposta revolucionária a essa desordem. Compreender sua história é reconhecer que, diante do caos, ressurgem uma tentação recorrente na política: a crença de que apenas uma ruptura total pode restaurar a unidade e devolver direção a uma nação em crise.

Mas a experiência do fascismo, assim como a de outras ideologias totalitárias do século XX, demonstra que toda revolução que promete uma nova ordem carrega o risco de erguer, no fim, apenas uma nova forma de tirania.



BRASIL
PARALELO